



COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 102/2024
PROCESSO SES 145669/2023

Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br/

www.portaldecompras.sc.gov.br/

Email: compradireta@saude.sc.gov.br

Telefone: (48) 3664-8742 / 3664-8911

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas cadastrem suas propostas de preços, conforme as condições estabelecidas nesta Cotação Eletrônica para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

OBJETO: Contratação de serviços de Análises Clínicas (coleta e execução de exames) para as Unidades: Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG) e Hospital Nereu Ramos (HNR), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme especificações constantes do Anexo II.

ENTREGA DAS PROPOSTAS E REGISTRO DE LANCES: até 09h00min. do dia 16 /02/2024.

1 - PARTICIPAÇÃO:

1.1 - Cadastro simplificado:

1.1.1 - A empresa interessada em participar, realizará um cadastro simplificado no portal <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>. Clicando na opção “Não tenho cadastro”.

1.1.2 - A interessada em se cadastrar poderá seguir as instruções no tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <https://youtu.be/MtILX39_ryg>

2 - PROPOSTA ELETRÔNICA

2.1 - A PROPOSTA deverá ser **cadastrada exclusivamente em sistema**, até o prazo estipulado no portal eletrônico. Link para acesso e cadastro da proposta: <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>.

2.1.1 - A critério da Administração o prazo para recebimento de propostas, poderá ser prorrogado.

2.1.2 - As empresas interessadas em cadastrar propostas, poderão seguir o tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <<https://youtu.be/8JL8ggARORs>>

2.1.3 - Na data limite de cadastro de propostas, todos participantes deverão permanecer online para a negociação.

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 36648739 / 36648911

E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



2.1.4 - Proposta readequada:

2.1.4.1 - Quando solicitado pelo agente de contratação direta, **todos os participantes deverão anexar suas propostas readequadas** de acordo com o último lance registrado, em campo específico do sistema e no prazo estipulado.

2.2 – Critérios de Aceitabilidade da Proposta:

2.2.1 – A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e **deve estar assinada pelo representante legal da empresa;**

2.2.2 - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

2.2.3 - A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

2.2.4 - Descrição do objeto, conforme a especificação dos serviços descrita nos Anexos I e II, referentes às relações de exames de análises clínicas prescritos nas unidades HIJG e HNR, respectivamente, os quais constam tabela, código, descrição, número de exames/mês e número de exames/ano. Deve constar o valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente, endereço físico, endereço eletrônico e telefone de contato, data de emissão e validade, nome completo e identificação do responsável;

2.3 - Da amostra (art. 41, II, da Lei n.º 14.133/2021):

2.3.1 - Não será necessário amostra.

2.4 - Da garantia dos itens:

2.4.1 - Não haverá exigência de garantia.

2.5 - Da garantia de proposta (art. 58, da Lei n.º 14.133/2021):

2.5.1 - Não haverá exigência de garantia.

2.6- Documentos de qualificação técnica (art. 18, inc. IX, da Lei 14.133/2021):

2.6.1 - As empresas deverão apresentar os documentos vigentes referentes aos subitens 7.4.1 ao 7.4.7, para fins de habilitação quanto aos requisitos mínimos de qualificação de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações para a participação do certame licitatório:

2.6.2 - Registro de no mínimo, um Responsável Técnico, legalmente habilitado no respectivo Conselho Regional de Classe;

2.6.3 - Médico, biomédico, farmacêutico-bioquímico inscritos nos Conselhos Regionais de Classe, CRM, CRBio e CRF, respectivamente, poderão exercer a Responsabilidade Técnica de Laboratórios de Análises Clínicas;

2.6.4 - O laboratório clínico e o posto de coleta laboratorial devem dispor de um profissional legalmente habilitado como Responsável Técnico que poderá assumir perante a vigilância sanitária, a Responsabilidade Técnica de no máximo 02 (dois) laboratórios clínicos ou 02 (dois) postos de coleta laboratoriais ou 01 (um) laboratório clínico e 01 (um) posto de coleta laboratorial (RDC/ANVISA nº 302/2005);

2.6.5 - No caso de impedimento do Responsável Técnico, o laboratório clínico ou o posto de coleta laboratorial contarão com um profissional legalmente habilitado para substituí-lo;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



2.6.7 - Responsável Técnico no quadro da empresa: em regime de CLT (cópia da Carteira de Trabalho) ou sócio (contrato social ou instrumento jurídico equivalente) ou contrato de prestação de serviços;

2.6.8 - Registro e Inscrição do Responsável Técnico (item 7.4.4. e 7.4.5) e da empresa, junto ao Conselho Regional de Classe competente pela fiscalização do exercício da profissão regulamentada;

2.6.9 - Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado a fim de demonstrar aptidão de atividade anterior, comprovando ter prestado serviços à população nas atividades de laboratório de análises clínicas em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS), compatível por pelo menos 50% do quantitativo total a ser licitado e abranger pelo menos metade do total da relação nominal dos exames descritos no presente edital, num período de pelo menos 180 dias.

A empresa vencedora deverá apresentar no momento da convocação para a assinatura do contrato os seguintes documentos vigentes de qualificação técnica para o exercício da profissão no Estado de Santa Catarina:

2.6.10 - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES com as informações atualizadas;

2.6.11 - Alvará de Licença Sanitária expedido pelo Órgão de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

2.6.12 - O Protocolo de renovação do Alvará de Licença Sanitária poderá ser apresentado no caso de expiração da vigência do Alvará, desde que solicitado anteriormente à vigência do mesmo, a fim de comprovar o funcionamento regular da empresa;

2.6.13 - Certificado de Regularidade técnica vigente, expedido pelo Órgão de Classe, no qual o laboratório está inscrito;

2.6.14 - Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes da empresa CONTRATADA;

2.6.15 - O detalhamento dos processos de análises clínicas em cada área técnica (Bioquímica, Uroanálise, Imunologia, Hormônios, Hematologia, Microbiologia e Micologia), identificando os equipamentos/metodologia de análise, local de processamento e processo de controle de qualidade utilizados, poderá ser apresentado até o momento da instalação da Unidade Laboratorial nas dependências da unidade hospitalar, e, a necessidade de eventuais substituições, serão previamente analisadas pela comissão de acompanhamento do contrato;

As exigências previstas no item 7.4 do presente Termo de Referência referem-se à Regulamentação Técnica para o funcionamento de Laboratório Clínico, com o objetivo da prestação de serviços às unidades hospitalares, em conformidade com as Resoluções da ANVISA, RDC 302, de 13 de outubro de 2005; RDC 222, de 28 de março de 2018; e, RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002.

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



3 - PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO:

3.1 - Do tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021:

Não aplicável nas compras diretas, conforme disposto no art 49º, IV, da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014).

3.2 - Necessidade de vistoria prévia (visita técnica):

3.2.1. Local da vistoria:

- Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG)

Endereço: Rua Rui Barbosa, 152 - Agronômica - Florianópolis/SC - CEP 88.025-301

Fone: (48) 3664 3139, agendar com fiscal do contrato.

E-mail: hijg@saude.sc.gov.br / geradhijg@saude.sc.gov.br / getec.hijg@gmail.com

- Hospital Nereu Ramos

Endereço: Rua Rui Barbosa, 800 - Agronômica - Florianópolis/SC - CEP 88.025-301

Fone: 3665-9401, agendar com fiscal do contrato.

E-mail: hnr@saude.sc.gov.br / geradhnr@saude.sc.gov.br

3.2.2 - Período para vistoria: a data de publicação deste edital até a data anterior à marcada para abertura

3.2.3 - Declaração emitida pela licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento. A realização da vistoria (visita técnica) não se consubstancia em condição para a participação na Contratação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas, devendo a licitante neste caso, apresentar a Declaração para opção de não-realização de vistoria e, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com esta Secretaria. Os modelos de atestado de vistoria e modelo de declaração de não-realização de vistoria encontram-se no Anexo III e IV.

3.2.4 - Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021): Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si,

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 36648739 / 36648911

E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração

3.2.5 – Subcontratação: Não será admitida.

3.2.6 - Do agrupamento de itens em lotes: A licitação será por LOTE.

3.2.7 - Justificativa do agrupamento de itens em lotes: Não há possibilidade de parcelamento da contratação visto a especificidade e particularidade de cada unidade hospitalar, devendo a licitação ser por LOTE. Além disso, os exames de análises clínicas foram agrupados em um lote para cada uma das unidades hospitalares, Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG) e Hospital Nereu Ramos (HNR), sendo que a empresa ganhadora deverá prestar os serviços para ambas unidades, considerando a:

- a) proximidade entre as unidades HIJG e HNR,
- b) ausência de área física para a instalação do laboratório nas dependências do HNR,
- c) necessidade de liberação de resultados de exames de emergência e urgência a curto prazo (1 a 2 horas)

4 - HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.1 – Habilitação Jurídica:

4.1.1 - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.1.2 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.1.3 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.1.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.5 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.1.7 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



4.2 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

4.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

4.2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.2.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.3 – Qualificação Econômico-financeira (art. 18º, inc. IX, da Lei 14.133/2021):

4.3.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

4.3.2 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

4.3.3 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$$

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



$$\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$$
$$\text{e Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$$

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de.....% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

5 – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Obrigações específicas da contratada:

Obriga-se a a empresa:

5.1.2 - Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;

5.1.3 - Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

5.1.4 - Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento dos serviços objeto do edital;

5.1.5 - Reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objetos do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de material ou equipamentos inadequados;

5.1.6 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega dos serviços;

5.1.7 - Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

5.1.8 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



5.1.9 - Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

5.1.10 - A estender aos contratos objeto, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

5.1.11 - Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

5.1.12 - A CONTRATADA será a responsável por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

5.1.13 - A SES poderá exigir os documentos referentes aos empregados da CONTRATADA. Estes documentos estão relacionados abaixo e devem estar disponíveis para apresentação a qualquer momento:

- a) Contrato de Trabalho de seus empregados;
- b) Contrato de prestação de serviços, quando for o caso;
- c) Registro da carteira de trabalho de empregados;
- d) Controle de horas; e) Regulamento interno;
- f) Convenção, acordo ou sentença normativa;
- g) Certificado de regularidade do FGTS; h) GFIP;
- i) Folha de pagamento; j) Certidão negativa de débitos previdenciários (CND);
- k) Documentos pertinentes à contribuição previdenciária;
- l) Documentos pertinentes à segurança e saúde do trabalho;
- m) Comunicado de acidente do trabalho (CAT), entre outros;
- n) Documentação do Sistema de Gestão da Qualidade (comprovação de treinamentos, plano de manutenção preventiva e outros).

5.1.14 - Mesmo não sendo a fabricante responderá inteira e solidariamente pela qualidade de e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

5.1.15 - Não se estabelecerá qualquer relação jurídica entre os empregados da CONTRATADA e a Secretaria de Estado da Saúde. A contratada será a responsável única e direta perante o empregado que contrata para execução do objeto, exercendo a prerrogativa de dirigi-los e ao ônus de remunerá-los de acordo com as disposições trabalhistas, previdenciárias e tributárias vigentes,

5.1.16 - A recusa, demora ou qualquer reclamação no atendimento, independente das sanções cabíveis, permitirá que a SES confie a outrem, a execução dos serviços reclamados e não executados, descontando o seu custo uma única vez, no pagamento subsequente, sem que a CONTRATADA possa impugnar o seu valor;

5.1.17 - A CONTRATADA, representada por sua direção ou preposto, deve participar sempre que convocada, das reuniões técnicas do corpo clínico e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



(CCIH) da(s) Unidade(s) da SES, a fim de auxiliar nas ações relacionadas a infecção hospitalar, sem quaisquer ônus à SES;

5.1.18 - Informar a escala de funcionários que realizarão os exames no período noturno, finais de semana e feriados a(s) Unidade(s) da SES, durante a vigência do contrato;

5.1.19 - Responsabilizar-se pelo controle da frequência e pontualidade de seus empregados;

5.1.20 - Manter contingente laborativo suficiente para executar os serviços, sem interrupção por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve ou demissão de empregados, sendo necessário substituições de profissionais em prazo hábil, resguardando-se de incolumidade, continuidade e pontualidade dos serviços, além de risco à segurança do trabalhador, no prazo estabelecido pelo Fiscal do Contrato;

5.1.21 - Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, alimentação e transporte, apresentando mensalmente a comprovação do recolhimento do GFIP (FGTS e INSS) referente à força de trabalho empregada na prestação dos serviços, com o objetivo de liberação pagamentos das faturas apresentadas ao CONTRATANTE para liquidação;

5.1.22 - Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo da legal;

5.1.23 - Fornecer aos seus profissionais até o último dia útil do mês anterior, de documentos de legitimação previstos no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) para aquisição de gêneros alimentícios ou refeição, garantida a opção de escolha ao empregado e de vale transporte que corresponda às despesas de locomoção do profissional para o local da prestação do serviço (Dec. Fed. nº 95.247/87, Lei nº 7.418/85, Lei nº 7.619/87). A CONTRATADA assumirá todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

5.1.24 - Encaminhar o profissional que sofrer acidente de trabalho ou aquele que necessitar de atendimento médico em tempo hábil e comunicar a ocorrência ao Fiscal do Contrato;

5.1.25 - Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, licenças, Conselhos Regionais, outros Órgãos públicos Municipais, Estaduais ou Federais necessários e, certidões solicitadas;

5.1.26 - A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;

5.1.27 - Providenciar a correção das deficiências na execução dos serviços contratados apontadas pela SES;

5.1.28 - A CONTRATADA, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência;

5.1.29 - A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, e, ainda, arcará com o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que seja causado direta ou indiretamente ao patrimônio da Secretaria de Estado da Saúde ou a terceiros pela execução dos serviços prestados;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



5.1.30 - Ser responsável pelo dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo por seus funcionários, dos utensílios, materiais e equipamentos de propriedade da SES, devendo a CONTRATADA comunicar à SES por escrito, toda e qualquer ocorrência de acidentes durante a execução do contrato e ressarcir o prejuízo causado;

5.1.31 - Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

5.1.32 - A CONTRATADA apresentará ao Fiscal do Contrato sempre quando solicitado, a relação nominal acompanhada dos endereços residencial e profissional atualizada e Atestado de Sanidade Física e Mental, obedecendo aos períodos legalmente previstos, dos profissionais que prestarão os serviços, comunicando qualquer alteração ocorrida;

5.1.33 - A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais, cujas reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual se obriga prontamente a atender;

5.1.34 - A CONTRATADA e seus subordinados deverão atender com presteza as solicitações/reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção sem ônus para a SES;

5.1.35 - Manter permanentemente de validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa;

5.1.36 - A CONTRATADA preservará a SES/SC, mantendo-a salvo de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação;

5.1.37 - A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da SES/SC;

5.1.38 - A CONTRATADA indicará um responsável pelo gerenciamento dos serviços, autorizado a tratar com o CONTRATANTE a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do contrato;

5.1.39 - A CONTRATADA emitirá nota fiscal onde constará o nome do exame e respectivo código relacionado com a Tabela de Referência SIGTAP/SUS, Tabela CBHPM e/ou Tabela Própria SES, número de exames realizados e entregará na unidade hospitalar solicitante, conforme a relação mensal de exames realizados, disponibilizada no SGS-Hospitalar;

5.1.40 - Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

5.1.41 - Realizar cadastro no Portal Externo do SGPe (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-vi-a-portal-externo/).

5.2 – Obrigações específicas da contratante:

Obriga-se a Administração/Contratante:

5.2.1 - Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos serviços entregues;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



5.2.2 - A CONTRATANTE/SES pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato de acordo com a norma de contratação;

5.2.3 - Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

5.2.4 - Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados diretamente pelo Gestor e representante designado pela Administração da Unidade Hospitalar (Fiscal de Contrato), o qual acompanhará e fiscalizará o cumprimento dos dispositivos do Contrato. A Comissão de Serviços de Análises Clínicas da SES atuará junto a fiscalização, desde o início dos trabalhos, com interesse exclusivo da SES, participando de todos os atos que se fizerem necessários para garantir a execução dos serviços contratados, podendo ser realizadas diligências e auditorias;

5.2.5 - Visita da Comissão de Serviços de Análises Clínicas nos Laboratórios para comprovação da compatibilidade de parque de equipamentos e do corpo técnico qualificado para prestar os serviços de análises clínicas às unidades hospitalares;

5.2.6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

5.2.7 - Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.7 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

5.2.8 - A CONTRATANTE deverá assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, ao local de trabalho;

5.2.9 - A CONTRATANTE/SES deverá prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATADA;

5.3 - CONDIÇÕES GERAIS

5.3.1 - Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à licitação, bem como, as condições estabelecidas no Edital e Anexos;

5.3.2 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a empresa vencedora possa impugnar o seu valor;

5.3.3 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições do Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral;

5.3.4 - O Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações e pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009;

5.3.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do Contrato.

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



5.4 – DA TRANSIÇÃO E CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS:

5.4.1 - A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de instalação do laboratório nas dependências da unidade hospitalar para a aprovação do gestor e do fiscal de contrato da CONTRATANTE na ocasião da assinatura do contrato, incluindo as ações referentes à segurança física e lógica, bem como os recursos humanos frente a ocorrência de contingências que possam afetar a continuidade dos serviços;

5.4.2 - CONTRATADA deve estar apta para iniciar as suas atividades no máximo em 30 (trinta.) dias após a assinatura do contrato, na data definida pela CONTRATANTE, de acordo com o encerramento do contrato com o atual prestador de serviços;

5.4.3 - Os serviços pagos a cada contratado devem corresponder ao projetado no plano de transição aprovado, evitando o pagamento ao contratado anterior por serviços já encerrados e transferidos;

5.4.4 - As responsabilidades da nova CONTRATADA devem ser definidas na fase de encerramento do contrato anterior, evitando a alegação de dificuldades para a prestação dos serviços e cumprimento do novo contrato.

6 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1 – Ao gestor do contrato caberá:

- a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- b) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- c) Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- d) Comunicar à DLIC, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- e) Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- f) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;
- g) Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- h) Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término;
- i) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- j) Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;

k) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;

l) Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;

m) Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir, nos termos da Lei;

n) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

o) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;

p) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos, tais como: área de instalação do canteiro de obras, local para escritório da empresa, outras instalações etc.;

q) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

r) Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.

s) A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por email e telefone (item 13.3.).

Gestores do Contrato:

Solicitantes	Matrícula	Gestor	Telefone / E-Mail
HIJG	360231-01-1	José Romeu Becker	(48) 3661 3137/ geradhijg@gmail.com
HNR	960976-8-01	Renata Zomer de Albernaz Muniz	(48)3665-9401/ hnr@saude.sc.gov.br

6.2 – Ao fiscal caberá:

a) Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;

b) Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;

c) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que fiscalizará, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;

d) Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



- e) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- f) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;
- g) Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- h) Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- i) Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;
- j) Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;
- k) Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;
- l) Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;
- m) Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;
- n) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- o) Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;
- p) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- q) Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à DLIC, para providenciar as penalidades cabíveis;
- r) Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;
- s) Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



- t) Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- u) Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;
- v) Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- w) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.
- x) A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (item 13.3.).

Fiscais do Contrato:

Solicitante	Matrícula	Fiscais	TELEFONE/ EMAIL
HIJG	387522-9-01	Tatiana Bez Batti Titericz	(48)36643139 getec.hijg@gmail.com
HNR	295205-0-02	Silvia Cristina de Carvalho Flores	(48)36659425 getechnr@saude.sc.gov.br
HNR	295054-5-02	Rochele da Silva	(48)3665-9448 qualidadehnr@gmail.com

7 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 – A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento por intermédio do Banco do Brasil em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta cotação;

7.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

7.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos realizados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme art. 9º § 4º do Decreto Estadual 1073/2017;

7.2 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura, as informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da cotação, do Processo SES e da Autorização de Fornecimento/ Ordem de Fornecimento;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



7.3 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta-corrente com dígito.

7.4 - Da aplicação do Decreto n.º 129/SC/2023 I

I – De acordo com o Decreto n.º 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os fundos, as autarquias e as fundações públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

I.1 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

I.2 - Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art.4ºda Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

I.3 - Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 1º deste Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

I.4 – Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

8 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 – As despesas referentes à execução deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza da Despesa	Fonte
48091	5429	33.90.39.50	1.500.100.000

9 – ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (Art. 18, inc. X, Lei 14.133/2021 e Art. 4º, inc. III, do Decreto Estadual nº 47/2023)

9.1 – O documento em elaboração pela SES. Utiliza-se o modelo de Gestão de Riscos da SEA, constante nos autos.

10 - PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

10.1 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

11 - DO ATENDIMENTO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

11.1 - A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.2 - A CONTRATADA declara que designou Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do § 1º do art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), e se compromete a informar os dados de identidade e informações de contato deste encarregado na ocasião da assinatura deste contrato. A CONTRATADA também se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído;

11.3 - A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para nenhuma outra finalidade.

11.4 - A CONTRATADA se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela CONTRATANTE sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), certificando-se a CONTRATADA de que seus empregados, representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

11.5 - Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações à CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE, não podendo, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, a CONTRATADA informará imediatamente à CONTRATANTE sobre tal pedido e suas decorrências.

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



11.6 - A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

11.7 - Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da CONTRATADA previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

11.8 - A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da CONTRATADA e/ou nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

11.9 - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

11.10 - A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da CONTRATANTE a esse título

12 – DO ATENDIMENTO A LEI 17.983 DE 19 DE AGOSTO DE 2020

12.1 - Fica obrigada a publicação do nome do proprietário ou de todos os sócios-proprietários integrantes de pessoas jurídicas contratadas para fornecer serviços e produtos, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos demais órgãos da Administração Direta e Indireta, independente da forma de contratação.

12.1.1 - A publicação deverá ser no Portal da Transparência do órgão contratante, em local de fácil acesso, devendo constar:

I - relação dos sócios-proprietários com o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II - endereço da sede da empresa contratada, em conformidade com contrato social;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



III - foto da fachada da sede da empresa; e

IV - extrato da minuta do contrato firmado entre Administração Pública e a empresa contratada.

13 – PENALIDADES E SANÇÕES

13.1 - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

13.1.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3 - Dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

13.1.9 - Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.10.1 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.1.11 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.12 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem **13.1.1** deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens **13.1.1 a 13.1.12**;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens **13.1.2 a 13.1.7** deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens **13.1.8 a 13.1.12**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130

Telefones: (48) 36648739 / 36648911

E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



13.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.5 - A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, excluem a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.7 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.8 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.9 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.10 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.11 - As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Penalidades Administrativas aplicadas a fornecedores por órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina – CADPEN/SC;

14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas nesta cotação e dos documentos anexos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

14.2 - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 125, da Lei de Licitações);

14.3 - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

14.4 - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantajosidade para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados nesta cotação.

14.5 - O resultado desta cotação de preços será disponibilizado para acompanhamento nos sites:

<https://portaldecompras.sc.gov.br/>

<http://edital.saude.sc.gov.br/>

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>

15 – DO FORO

15.1. Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, com renúncia expressa a qualquer outro.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2024.

Núcleo de Compra Direta
DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



ANEXO I
SERVIÇOS EM SAÚDE – CONTRATO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Item	Grupo/ Classe	Código	Descrição do Material	UN	Total	Lote
1	213	050038001	Análise Clínica, Serviço de Exames de Análises Clínicas para o HIJG	Serviço	1,00	Lote I
2	213	050038001	Análise Clínica, Obs.:SERVIÇO DE EXAMES DE ANÁLISES CLINICAS para o período de 06 meses.	Serviço	1,00	Lote I

DISTRIBUIÇÃO

Solicitante: HIJG - HOSPITAL INFANTIL JOANA DE GUSMÃO

Cotação: 102/2024 Protocolo: SES 145669/2023

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
1	050038001	Análise Clínica, Serviço de Exames de Análises Clínicas para o HIJG	Serviço	1	1	Mensal	1

Solicitante: HNR - HOSPITAL NEREU RAMOS

Cotação: 102/2024 Protocolo: SES 145669/2023

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
2	050038001	Análise Clínica, Obs.:SERVIÇO DE EXAMES DE ANÁLISES CLINICAS para o período de 06 meses.	Serviço	1	1	Mensal	1

1.1 – A SES convocará o cotador vencedor, por meio de notificação através de e-mail, para assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, na forma do art. 90, da Lei nº 14.133/2021 e alterações;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



1.2 – Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela cotadora vencedora que tenham servido de base ao presente processo, bem como, as condições estabelecidas nesta cotação e Anexo;

1.3 – As demais condições contratuais, tais como: prazo e local de entrega, alterações, vigência, rescisão e outras; são as previstas nos anexos desta cotação.

1.4 – Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato injustificadamente ou não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocado outra cotadora, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

2 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “D” DA LEI Nº 14.133/2021):

2.1 - Apresentação de propostas que atendam aos critérios de aceitação da proposta (item 6.) e as especificações e quantidades do objeto (item 1.1.);

2.2.- Atendimento aos critérios de habilitação (item 7.);

2.3 - E atendimento as condições de execução do objeto (item 9.);

2.4- Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

2.5 - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

2.6 - Seguir as normas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do trabalho e emprego;

2.7 - Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar desperdício;

2.8 - Repassar a seus empregados todas as orientações referentes às ações de redução de consumo de energia e água;

2.9 - Utilizar produtos de baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

2.10 - Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

2.11- Fazer uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

2.12 - Leis e regulamentações:

- Lei nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações e Decreto Estadual nº 2.617 de 16 de setembro de 2009;- Leis nº s 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;- Lei Complementar nº 123/2006, art. 48, (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/202;- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- Decreto Estadual nº 47/2013;- Dec. Fed. nº 95.247/87, Lei nº 7.418/85, Lei nº 7.619/87;- Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021),art. 5º, inciso II, alínea “c”;- Instrução Normativa/SES/SC nº 001 de 07 de março de 2023;- RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002- Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;- Resoluções da ANVISA:- RDC 302, de 13 de outubro de 2005-Dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos; - RDC 171/2006 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o funcionamento de Bancos de Leite Humano;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



- RDC 222, de 28 de março de 2018 - Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências; - PCMSO (NR-7 Portaria MTE nº 3214 de 08/06/1978 e Lei nº 6514 de 22/12/1977). - Portaria SES nº 762 de 16 de agosto de 2023 - Estabelece requisitos técnicos, responsabilidades e fluxos complementares para o funcionamento de laboratórios de microbiologia (públicos e privados) e das Comissões de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (CCIRAS), no que se refere às ações de prevenção, controle e monitoramento de microorganismos multirresistentes (MMR) no Estado de Santa Catarina). - Nota Informativa Conjunta SUR/COSEMS nº 001/2023 e Ofício nº 105/2023/SES/GERAM.

3 - DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “E”; ART . 18º, III, e ART. 40º, §1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021):

3.1- O compromisso será firmado por meio de Contrato com duração de 06 meses.

3.2 - O regime de execução da prestação dos serviços será empreitada por preço unitário.

3.3 - O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);

3.4 - A quantidade mensal de cada procedimento baseia-se na média aritmética dos últimos 12 (doze) meses e as demandas que surgiram da necessidade criada pela Nota Informativa Conjunta SUR/COSEMS nº 001/2023 e Ofício nº 105/2023/SES/GERAM.

3.5 - As quantidades licitadas e informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

3.6 - Procedimentos que porventura não constem nos Anexos deste Edital e, que a realização se faça necessária por questões de epidemias, endemias, sazonalidade, surtos, novas tecnologias e outras condições, poderão ensejar uma alteração de contrato para uma possível inclusão destes novos procedimentos, com a devida justificativa técnica e pesquisa de preço de mercado que demonstre a vantagem de inclusão, sendo necessário concordância da CONTRATADA;

3.7 - Os serviços laboratoriais clínicos para a realização de exames de análises clínicas compreenderão fundamentalmente o agendamento, coleta e transporte (interno e externo) de material biológico nas unidades e serviços assistenciais contratados, realização de exames laboratoriais de análises clínicas, liberação de resultados e entrega de laudos eletrônicos;

3.8 - A CONTRATADA deverá prestar serviços nas dependências da unidade hospitalar, diariamente, durante 24 (vinte e quatro) horas, incluindo sábados, domingos e feriados, com o objetivo de fornecer os resultados de acordo com o prazo definido pela necessidade técnica da unidade hospitalar, descrita na Tabela I;

3.9 - A unidade laboratorial não poderá servir como sede da CONTRATADA para atender e processar amostras de pacientes externos particulares ou por convênios nas dependências da unidade hospitalar.

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



3.10 - Tabela I - Unidade Hospitalar (Endereço de execução):

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
HIJG	Rua Rui Barbosa, 152 - Agronômica - Florianópolis/SC - CEP 88.025-301	48-3664-3200	hijg@saude.sc.gov.br geradhijg@saude.sc.gov.br
HNR	Rua Rui Barbosa, 800 - Agronômica - Florianópolis/SC - CEP 88.025-301	48-3665-9421	hnr@saude.sc.gov.br geradhnr@saude.sc.gov.br

3.11 - Prestar os serviços, objeto deste Termo de Referência, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos necessários para executar os serviços com a máxima qualidade;

3.12 - Despesas decorrentes da execução da contratação, tais como equipamentos, adequações das áreas físicas e recursos humanos ficarão exclusivamente sob a responsabilidade da CONTRATADA;

3.13 - Executar os serviços com profissionais devidamente qualificados, selecionados e treinados para o desempenho adequado dos trabalhos;

3.14 - Utilizar Sistema de Gestão de Qualidade para execução ágil de processos, resultado rastreável, comunicação eficiente e outros;

3.15 - Padrões mínimos de qualidade e desempenho:

3.15.1 - A CONTRATADA deverá disponibilizar os indicadores na periodicidade indicada na Tabela II, como instrumento de acompanhamento e avaliação do serviço pela CONTRATANTE

Os valores devem estar de acordo com o estipulado aceitável descritos por indicador. O não atendimento das metas dispostas na Tabela II, poderá ensejar as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações.

TABELA II - Indicadores utilizados na avaliação da execução dos serviços.

NOME DO INDICADOR	META	PERIODICIDADE	FÓRMULA
Taxa de coleta de nova amostra	Abaixo de 3%	Mensal	(Nº de coletas de novas amostras/Total de coletas) * 100
Desempenho do laboratório no ensaio de proficiência. Controle de Qualidade Externo	Acima de 85%	Mensal	(Nº de exames (analitos) que atenderam o padrão/Total de exames enviados (PNCQ ou Controllab) * 100
Exames em regime de urgência liberados no tempo	Acima de 97%	Mensal	(Nº de exames de urgência liberados no tempo / Total de

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



			exames urgentes liberados) * 100
Taxa de contaminação de Hemoculturas	Abaixo de 3%	Mensal	(Nº de contaminações/nº de hemoculturas coletadas) * 100
Monitorar a efetividade da comunicação de exames críticos laboratoriais comunicados	Acima de 98%	Mensal	(Nº de exames de rotina críticos passados telefone / Total de exames críticos) * 100

• O laboratório deverá submeter seus resultados a ensaios de proficiência, conforme a RDC/ANVISA nº 302/2005, legislação vigente e suas atualizações. Os testes que não dispõem de ensaios externos deverão ser verificados por métodos alternativos comprovados pela CONTRATADA;

• Os exames em regime de urgência estão dispostos nos itens 9.34;

• Estabelecer a lista de exames dos resultados de valores críticos junto à Gerência Técnica hospitalar, respeitando a vocação e as características da unidade;

3.16 - Comprovar o Registro de equipamentos na ANVISA e apresentar o plano de manutenção periódica previsto no Sistema de Gestão de Qualidade;

3.17 - Realizar obrigatoriamente a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos existentes na Unidade Laboratorial que presta serviço à unidade hospitalar, com assistência técnica especializada por profissionais treinados e capacitados pelos fabricantes;

3.18 - Apresentar comprovação das manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos (cópia das ordens de serviço e/ou relatórios de manutenção);

3.19 - Realizar obrigatoriamente a manutenção das instalações utilizadas nas dependências da CONTRATANTE durante toda a vigência do contrato;

3.20 - Dispor dos dados brutos comprobatórios das atividades de manutenção, os quais poderão ser solicitados a qualquer momento pelo fiscal e/ou seus designados;

3.21 - A CONTRATADA deverá dispor de informações a pedido da SES, auditoria técnica ou administrativa, a qualquer momento;

3.22 - Sistema de Controle de Qualidade Interno e Externo para TODOS os analitos que realiza e na impossibilidade deste Sistema, a CONTRATADA deverá demonstrar como realiza o controle de forma alternativa;

3.23 - Os certificados mensais e qualquer outro documento probatório do desempenho da CONTRATADA no Programa de Controle de Qualidade Externo devem ser apresentados mensalmente à unidade para análise do cumprimento dos serviços;

3.24 - Comprovação documental no Sistema de Gestão de Qualidade da Guarda dos dados brutos de exames nos termos da RDC/ANVISA nº 302/2005 e suas respectivas atualizações;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



3.25 - Utilizar somente material de consumo com Registro na ANVISA, descartável e de qualidade para realização dos exames;

3.26 - A coleta de sangue deverá ser realizada por profissional experiente e formalmente capacitado, sob responsabilidade e a expensas da CONTRATADA, supervisionado por profissional competente, como por exemplo, Técnico de Análises Clínicas, Biomédico ou Farmacêutico-Bioquímico. Quando realizada por Técnico de Enfermagem, esse será supervisionado por um Enfermeiro Responsável, conforme as normas e determinações do Conselho de Classe. Nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal, Berçário ou Pediátrica, a coleta poderá ser supervisionada por profissionais da enfermagem e na impossibilidade de uso do método tradicional, será utilizado o sistema de microcoleta e microtécnica;

3.27 - Todo material de consumo (seringa, agulha, escalpe, gaze seca e estéril, algodão, bandagem, esparadrapo, micropore, luva, tubo de coleta, microtubo, etiqueta para identificação do paciente, swab de algodão, lanceta, descartador de material perfurocortante e outros), insumos, produtos para diagnóstico de uso in vitro (reagentes, padrões, calibradores, controles, materiais, artigos e instrumentos) e recursos humanos utilizados para a coleta e realização dos exames, serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem quaisquer ônus e responsabilidade à SES;

3.28 - Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre devidamente uniformizados e identificados com crachá que constem o nome da empresa, do profissional, o número da matrícula, o registro geral e fotografia até 10 dias contados do início das suas atividades, respeitando as normas de cada instituição;

3.29 - Cumprir as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho e prover os colaboradores com Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC, quando realizarem os serviços, quando permanecerem na(s) Unidade(s) da SES ou quando necessário;

3.30 - Dispor de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS atendendo aos requisitos da RDC/ANVISA nº 222/2018, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (NR-7 Portaria MTE nº 3214 de 08/06/1978 e Lei nº 6514 de 22/12/1977) e Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT em consonância com a legislação trabalhista vigente;

3.31 - Responsabilizar-se pelo ônus decorrente da imediata substituição na prestação dos serviços, de empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça a confiança da SES, embarace a fiscalização ou proceda de modo impróprio com os serviços prestados ou com o atendimento humanizado preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS);

3.32 - Identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios de propriedade da CONTRATADA a fim de não serem confundidos com os equipamentos similares de propriedade da CONTRATANTE;

3.33 - Limpar e manter seus equipamentos e área física utilizada, bem como se responsabilizar pelo destino de resíduos químicos e biológicos potencialmente poluidores e/ou contaminantes resultantes das suas atividades laborativas. Responder pelos danos ambientais que porventura causarem, sem ônus à SES, sendo que tais procedimentos deverão constar no Sistema de Gestão da Qualidade da CONTRATADA, incluindo procedimento de limpeza, periodicidade e outros;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



3.34 - Construir estrutura de logística para prestar serviços nas Unidade(s) Hospitalar(es) que apresentam apenas posto de coleta ou naquelas onde a coleta é realizada nos leitos, conforme descrito na Tabela III, para garantir a coleta da amostra, a realização dos exames e a liberação dos resultados, no MÁXIMO em 1 (UMA) hora, dos seguintes exames elencados como URGÊNCIA: gasometria arterial e/ou venosa, sódio, potássio, cálcio, magnésio, ureia, creatinina, hematócrito, hemoglobina, glicose e troponina. Os resultados de outros exames de urgência: hemograma, plaquetas, amilase, parcial de urina, CK, CK-MB, CK-massa, TAP, TTPA, lactato, TGO, TGP, fosfatase alcalina, Gama-GT, Bilirrubinas, cloro, Beta-HCG serão liberados em 2 (DUAS) horas em CARÁTER DE EMERGÊNCIA;

3.35 - Instalar e manter sob sua responsabilidade técnica com identificação apropriada, um gasômetro próximo à UTI, Centro Cirúrgico ou local definido pela unidade hospitalar, bem como treinamento de pessoal da unidade hospitalar, sistema de controles e calibração devidamente comprovados e cronogramas de manutenção preventiva e corretiva;

3.36 - Incluir ou excluir exames no elenco de procedimentos de acordo com as determinações e interesses da SES, como por exemplo, exames epidemiológicos, seguindo possíveis direcionamentos técnicos demandados por esta Secretaria;

3.37 - Participar das sub-redes laboratoriais por agravos da CRLAB-LACEN/SC em que a CONTRATADA possa realizar exames na unidade hospitalar;

3.38 - A empresa CONTRATADA deverá realizar a integração da requisição e resultados de exames com o Sistema de Gestão em Saúde Hospitalar (SGS-Hospitalar) utilizado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), no prazo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do contrato. Após a integração, os exames serão solicitados por meio de requisição eletrônica no SGS-Hospitalar e enviados automaticamente ao sistema utilizado pela CONTRATADA. Os resultados estarão disponíveis na SGS-Hospitalar para visualização e para impressão, se necessária;

3.39 - Lançar manualmente os resultados de pacientes com prontuário eletrônico no SGS-Hospitalar, quando falha de integração entre os sistemas informatizados;

3.40 - Criação das “máscaras” dos exames para integração entre os sistemas, sob a supervisão dos servidores públicos responsáveis pela fiscalização do contrato;

3.41 - Monitorar a integração entre os sistemas informatizados da CONTRATADA e do SGS-Hospitalar, certificando-se do envio correto e íntegro das informações ao SGS-Hospitalar;

3.42 - Dispor da infraestrutura de informática (“hardware”, “software”, rede lógica e acesso à INTERNET) na Unidade Laboratorial instalada nas dependências da CONTRATANTE;

3.43 - A CONTRATADA deverá (até a implantação do interfaceamento supracitado) apresentar as listas de pacientes atendidos e guia impressas de exames, com os respectivos valores unitários, realizados para as unidades hospitalares da CONTRATANTE, que efetuarão os pagamentos somente após a análise e conferência dos dados;

3.44 - Acessar outras informações acerca da integração entre os sistemas, através do contato com o fabricante do software;

3.45 - Solicitar os exames de acordo com a nomenclatura proposta e respectivos códigos apresentados neste Termo está condicionado ao pagamento dos serviços de análises clínicas;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



- 3.46** - Apresentar laudo de exame com metodologia empregada, valor de referência, nome e o número de registro no conselho profissional competente do responsável pela liberação do laudo;
- 3.47** - Apresentar laudo de exame realizado em laboratório terceirizado, constando o nome do laboratório responsável e as mesmas informações do item 9.46;
- 3.48** - Não transferir a outrem os compromissos assumidos, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 3.49** - Exames realizados no LACEN não poderão ser faturados por código e/ou nomenclatura das Tabelas referenciadas, como por exemplo, Leishmania (anticorpos/pesquisa), Leptospirose (sorologia/anticorpo e/ou pesquisa), Hepatite C - quantitativo (carga viral), Hepatite B, quantitativo (carga viral), HIV - quantitativo (carga viral), Tuberculose PCR, Genotipagem de vírus da hepatite C e Genotipagem do HIV;
- 3.50** - Exames realizados no laboratório Municipal pertencentes à rede de atenção e diagnóstico não poderá ser faturado por código e/ou nomenclatura das Tabelas referenciadas: Tuberculose PCR ;
- 3.51** - Assumir toda e qualquer providência acerca do reparo ou indenização por danos materiais causados à CONTRATANTE e a terceiros por práticas ou acidentes decorrentes do serviço, causados por seus funcionários;
- 3.52** - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 3.53** - Declarar que o exame será repetido sem ônus para a SES/SC se não estiver de acordo com os padrões de qualidade exigidos;
- 3.54** - Disponibilizar os Procedimentos de transporte e preparo de amostra, o Manual de coleta e preparo de paciente e o Plano de Contingência para eventuais situações de risco;
- 3.55** - Remanejar saldo de exames entre unidades do mesmo lote para realização de exames na unidade que não dispõe de quantitativo;
- 9.56** - Cumprir as conformidades da RDC/ANVISA nº 171/2006, quando a CONTRATADA atender unidade hospitalar que dispõe de Banco de Leite Humano (BLH) e/ou Posto de Coleta de Leite Humano (PCLH);
- 3.57** - Dispor de profissional capacitado por treinamento reconhecido pela Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano para execução das análises físico-químicas, organolépticas e microbiológicas do leite, conforme Art. 7.4 da RDC/ANVISA nº 171/2006, quando a CONTRATADA atender unidade hospitalar que dispõe BLH e/ou PCLH.
- 3.58 - A execução contratual observará as rotinas abaixo:**
- 3.58.1** - A CONTRATADA prestará os serviços na unidade hospitalar de acordo com área máxima descrita na Tabela III. Os exames também poderão ser executados nas unidades hospitalares que dispõem de posto de coleta laboratorial com área máxima descrita na Tabela III, desde que amparado com área de preparo de amostras;
- 3.58.2** - A CONTRATADA pagará o valor por metro quadrado da área cedida pela CONTRATANTE como descrito na Tabela IV;
- 3.58.3** - Para exclusiva execução dos serviços, a CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA, nas condições estipuladas neste Termo de Referência, área física adequada nas

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



dependências das unidades, conforme a Tabela III, bem como água, luz e ramal telefônico (exclusivamente interno)

3.58.4 - A CONTRATADA apresentará a solução de adaptação da rede de gás, água e energia elétrica de cada Unidade de Saúde à Gerência de Obras e Projetos (GEROP), para acompanhamento, fiscalização e validação da execução da instalação, sendo que a cobrança será realizada em forma de rateio das despesas totais da Unidade por intermédio de apuração pela Gerência de Acompanhamento de Custos e Resultados (GEACR) até a devida instalação dos medidores individuais;

3.58.5 - A CEDENTE fornecerá a estrutura para consumo de gás, água, telefone e energia elétrica para a realização dos serviços, entretanto ficará a cargo da CESSIONÁRIA a instalação dos medidores individuais no prazo de 30 (trinta) dias, no caso da inexistência dos mesmos, respeitando as estruturas existentes e garantindo o funcionamento pleno dos sistemas, para aferição de gás, água e energia elétrica. E ficará a cargo da CESSIONÁRIA os pagamentos das despesas mensais dos gastos com o consumo dos itens supracitados;

3.58.6 - A CONTRATADA executará nas dependências da CONTRATANTE, somente os serviços referentes à demanda gerada pela Unidade Hospitalar vinculada à SES, vedado o atendimento externo de particulares ou outros convênios;

3.58.7 - Referente à concessão remunerada de uso de bem público, a CESSIONÁRIA pagará à SES, por meio de boleto bancário, com vencimento no último dia útil de cada mês, aluguel correspondente à área física cedida, o qual será cobrada pelo metro quadrado da região seguindo índices oficiais. Além disso, a cobrança do condomínio será o valor médio do custo unitário por metro quadrado fornecido pelo Sistema de Custos da SES (SGS BI) do ano anterior à assinatura do contrato e multiplicado pela área em metro quadrado cedida pela unidade hospitalar para a instalação do laboratório, em razão da manutenção da estrutura disponível à CONTRATADA, conforme Tabela IV. Após a instalação dos medidores individuais pela CONTRATADA, os valores aferidos, serão somados à taxa de condomínio, e o valor médio dos três meses posteriores à instalação será atribuído ao pagamento mensal dos 60 dias que a CONTRATADA ficou sem medidor;

3.58.8 - Para a comprovação do pagamento das despesas contidas neste termo, a empresa contratada deverá apresentar mensalmente o documento de depósito, junto com a nota fiscal dos serviços prestados;

3.58.9 - Em caso de prorrogação do Contrato, a SES atualizará a remuneração da área física, estabelecida neste Termo conforme metodologia descrita na Tabela IV.

3.58.10 - Na ocasião da assinatura do Contrato a Unidade da SES emitirá uma declaração contendo a metragem da sala que será cedida, conforme necessidade da empresa vencedora;

3.58.11 - A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela adequação da estrutura física da área cedida, atendendo as determinações da legislação sanitária vigente, assim como, a demanda da prestação dos serviços;

3.58.12 - A CONTRATADA deverá comunicar a SES previamente, quando houver necessidade de realização de obra na área disponibilizada e providenciar a continuidade dos serviços;

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



3.58.13 - A CONTRATADA deverá entregar a área utilizada em perfeito estado de pintura, instalação elétrica e hidráulica, limpeza e conservação, no término do contrato;

3.58.14 - Os exames microbiológicos clínicos, cultura para a identificação de microorganismos em amostras biológicas e determinação da sensibilidade aos antimicrobianos, das unidades hospitalares (HIJG e HNR) serão realizados de acordo com as seguintes etapas, por meio da colaboração entre a CONTRATADA e o Laboratório de Saúde Pública (LACEN):

1 - o médico prescreve os exames de cultura e antibiograma no SGS Hospitalar, especificando a amostra biológica para a pesquisa;

2 - o profissional de saúde das unidades hospitalares HIJG e HNR ou do laboratório coleta a amostra biológica, conforme o treinamento do LACEN. No caso da coleta realizada por profissional de saúde, o laboratório é informado por telefone para a retirada da amostra, registrando a data, horário e os nomes de quem realizou e de quem atendeu o chamado telefônico.

3 - o laboratório retira a amostra biológica na unidade hospitalar (HIJG ou HNR) e confere com a prescrição médica realizada no SGS Hospitalar e integrada com o Sistema próprio da empresa,

4 - o laboratório processa a amostra biológica, semeia em meio de cultura e incuba em condições adequadas de temperatura (35°C +/- 2°C) e umidade, aguardando o crescimento microbiano por um período de 18 a 24 h para a maioria das amostras,

5 - o laboratório realiza a primeira leitura após o período de incubação de 24 h:

a - Negativo: o laboratório emite o resultado parcial, referente às 24 h de incubação, no Sistema próprio que integra com o SGS Hospitalar para a visualização do prescritor. Posteriormente o laboratório emite o resultado negativo definitivo, caso a ausência do crescimento microbiano se mantenha por um período até 48h de incubação.

b - Positivo: o laboratório emite o resultado positivo no Sistema próprio que integra com o SGS Hospitalar para a visualização do resultado pelo prescritor, se crescimento microbiano até a cultura completar o período de 48h de incubação,

6 - o laboratório cadastra as culturas positivas no Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL) para identificação e realização de antibiograma no LACEN,

7 - o laboratório transporta o material (cultura positiva) para realização dos exames no LACEN em horário definido pelas unidades e LACEN,

8 - o LACEN recebe o material, realiza a identificação no Sistema MALDI TOF e o antibiograma e preenche os resultados no GAL,

9 - o laboratório transcreve o resultado do GAL para o sistema próprio que integra com o SGS Hospitalar para visualização do prescritor.

3.58.15 - A CONTRATADA prestará os serviços na unidade hospitalar de acordo com área máxima descrita na

Tabela III. Os exames também poderão ser executados nas unidades hospitalares que dispõem de posto de coleta laboratorial com área máxima descrita na Tabela III, desde que amparado com área de preparo de amostras;

TABELA III - Área máxima disponível ao laboratório clínico e posto de coleta nas unidades hospitalares públicas vinculadas à SES/SC.

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM



Unidade SES	Nº de leitos	Área física coleta (m²)	Área Física Laboratório (m²)	Horário de Atendimento
HIJG	125	28,7	429,1	24h incluindo sábados, domingos e feriados
HNR	104	14,04 (Centrífuga p/ preparo de amostras enviadas ao Lacen	Não se aplica	24h incluindo sábados, domingos e feriados

TABELA IV - Área cedida e valor por metro quadrado disponíveis aos laboratórios nas unidades hospitalares públicas vinculadas à SES/SC.

Unidade de SES	Área (m²)	Valor aluguel/ m² (R\$)	Valor Total aluguel(R\$)	Valor Condomínio/ m² (R\$)	Valor total do Condomínio (R\$)
HIJG	457,8	*43,35	19.845,63	**37,36	17.103,41
HNR	14,04	*43,35	608,63	**16,97	238,26

* O valor de R\$ 20,00 por metro quadrado do HIJG e HNR de acordo com a avaliação mercadológica da BESCOR no ano de 2012, corrigido em novembro de 2023, pela média simples entre o INPC (IBGE) e IGP-DI (FGV) por meio da calculadora cidadão disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, demonstrada na Figura 1 e 2, resulta no valor de R\$ 43,35/m² por metro quadrado no contrato de concessão remunerada de uso de bem público.

** O valor médio em reais do custo unitário por metro quadrado das unidades HIJG e HNR fornecido pelo Sistema de Custos da SES (SGS BI) do ano anterior à assinatura do contrato, multiplicado pela área em metro quadrado ced

Figura 1. Calculadora Cidadão disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (Acesso público 15/12/2023 – 09:00)

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)

Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	01/2012
Data final	11/2023
Valor nominal	R\$ 20,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,97718060
Valor percentual correspondente	97,718060 %
Valor corrigido na data final	R\$ 39,54 (REAL)

[Fazer nova pesquisa](#) [Imprimir](#)

Figura 2. Calculadora Cidadão disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (Acesso público 15/12/2023 – 09:12h).

Resultado da Correção pelo IGP-DI (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-DI (FGV)	
Dados informados	
Data inicial	01/2012
Data final	11/2023
Valor nominal	R\$ 20,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	2,35823920
Valor percentual correspondente	135,823920 %
Valor corrigido na data final	R\$ 47,16 (REAL)

[Fazer nova pesquisa](#) [Imprimir](#)

Média entre INPC (IBGE) e IGP-DI (FGV): $39,54 + 47,16 = 86,70 \div 2 = \text{R\$ } 43,35/\text{m}^2$

3.59 - Endereços de execução: TABELA I.

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



4 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, “G” e ART. 40º, §1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021):

4.1 - Critérios de medição:

a) Os serviços serão remunerados após a conferência mensal entre os exames prescritos, conforme a nomenclatura proposta e os códigos correspondentes, e os resultados emitidos eletronicamente por meio do interfaceamento entre os softwares da Secretaria e da empresa contratada, totalizando a quantidade de serviços executados e aprovados pela fiscalização.

b) A CONTRATADA apresentará a relação de pacientes atendidos e as guias impressas de exames realizados, com os respectivos valores unitários, até a implantação do interfaceamento supracitado para a conferência dos serviços executados.

4.2. Prazos:

4.2.1 - Prazo de início da execução: (item 12.2. A CONTRATADA deve estar apta para iniciar as suas atividades no máximo em 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, na data definida pela CONTRATANTE, de acordo com o encerramento do contrato com o atual prestador de serviços).

4.2.2 - Prazo de pagamento/ Condições de Pagamento:

a) O pagamento dos exames, após o período de até 30 (trinta) dias concedido para o interfaceamento entre os sistemas da Secretaria e da empresa, será efetuado mediante a integração dos resultados/laudos no SGS-Hospitalar;

b) A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

c) Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

d) Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

4.3 - Condições gerais para liberação da nota fiscal para pagamento.

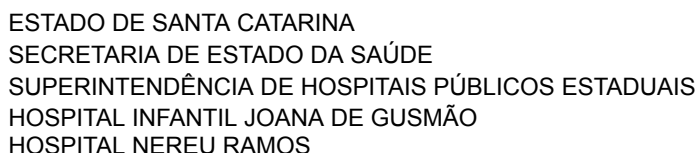
Após o recebimento dos documentos comprobatórios da prestação do serviço mensal (nota fiscal e relatório detalhado, com descritivo, codificação e quantitativo dos exames), faz-se a análise comparativa com o relatório extraído do SGS - Sistema de Gestão em Saúde Hospitalar com o prazo de 5 dias para conclusão da tarefa. Caso seja verificada alguma incongruência de informações no processo da análise comparativa, estende-se o prazo para até 15 dias para correção e liberação da nota fiscal para pagamento conforme alínea b) do item 14.2.2.

4.4 - Do reajustes (art. 92, V, da Lei nº 14.133/2021):

Os preços contratados serão irreeajustáveis

Red. SES/DLIC/GELIC/NUCOM

Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 36648739 / 36648911
E-mail: compradireta@saude.sc.gov.br



O Art. 6º da Lei 14.133/2021, define:

XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do **caput** deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;"

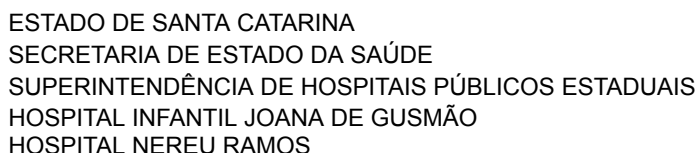
2.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, esta contratação direta tem por fim a aquisição dos serviços de análises clínicas (coleta e execução de exames) para os Hospitais, HIJG e HNR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, para um período de 06 meses, improrrogável.

O planejamento foi baseado no CT nº 156/2023 vigente até 15/10//2023 e as demandas dos últimos 12 meses, bem como, às que surgiram da necessidade criada pela Nota Informativa Conjunta SUR/COSEMS nº 001/2023 e Ofício nº 105/2023/SES/GERAM, que reforça diversas normativas do Estado para a garantia do acesso do paciente aos serviços ambulatoriais decorrentes de atendimentos hospitalares. Assim, segue o resumo do documento “acerca das responsabilidades das Unidades Hospitalares no que tange à realização de exames pré e pós-operatórios:

1. Pacientes na fila cirúrgica independente do procedimento, a realização de renovação de exames, pré e pós-operatório são de responsabilidade da unidade hospitalar;
2. Pacientes atendidos pelo acesso regulado na consulta especializada dos Termos de Alta Complexidade citados, a realização de procedimento ambulatorial de diagnóstico estará sob a responsabilidade da unidade hospitalar;
3. Pacientes atendidos através de agendamento ambulatorial para realização de exames e consultas que devem ser mediante pactuação de Teto na PPI e que não se enquadram no item 1 e 2 desse Resumo, qualquer procedimento ambulatorial solicitado pelo prestador deve retornar ao município de residência do paciente para inserção na fila regulada onde há pactuação para o procedimento.”

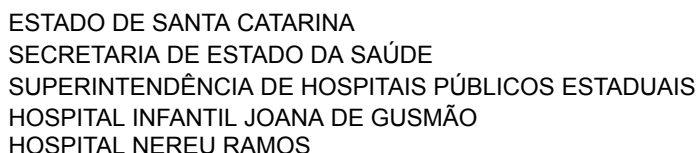
A continuidade dos serviços de análises clínicas é imprescindível para as unidades hospitalares (HIJG e HNR), que não possuem laboratório próprio, caracterizando-se como serviço essencial, já que o objetivo dos exames é diagnosticar ou afastar doenças, avaliar fatores prognósticos ou definir o tratamento adequado aos pacientes internados e em situação de atendimento de urgência e emergência, sendo que a ausência ou morosidade na coleta e execução de exames podem resultar em danos irreversíveis aos pacientes, e, prejuízo aos profissionais de saúde, bem como às unidades hospitalares.

3.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, a contratação dos serviços de análises clínicas (coleta e execução de exames), é a solução viável, atualmente, para atender as



4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “D” DA LEI Nº 14.133/2021)

- Portaria SES nº 762 de 16 de agosto de 2023 - Estabelece requisitos técnicos, responsabilidades e fluxos complementares para o funcionamento de laboratórios de microbiologia (públicos e privados) e das Comissões de Controle de Infecção Relacionada à



5. DOS PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO

Não aplicável nas compras diretas, conforme disposto no art 49º, IV, da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014).

5.2.1. Local da vistoria:

Endereço: Rua Rui Barbosa, 152 - Agrônômica - Florianópolis/SC - CEP 88.025-301
Fone: (48) 3664 3139, agendar com fiscal do contrato.
E-mail: hijg@saude.sc.gov.br / geradhijg@saude.sc.gov.br / getec.hijg@gmail.com

Endereço: Rua Rui Barbosa, 800 - Agronômica - Florianópolis/SC - CEP 88.025-301
Fone: 3665-9401, agendar com fiscal do contrato.
E-mail: hnr@saude.sc.gov.br / qeradhnr@saude.sc.gov.br

5.2.1.1. Período para vistoria: a data de publicação deste edital até a data anterior à marcada para abertura.

5.2.2. Declaração emitida pela licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento. A realização da vistoria (visita técnica) não se consubstancia em condição para a participação na Contratação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas, devendo a licitante neste caso, apresentar a Declaração para opção de não-realização de vistoria e, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com esta Secretaria. Os modelos de atestado de vistoria e modelo de declaração de não-realização de vistoria encontram-se no Anexo III e IV.

5.3. Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021): Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

5.4. Subcontratação: Não será admitida.

5.5. Do agrupamento de itens em lotes: A licitação será por **LOTE**.



5.6. Justificativa do agrupamento de itens em lotes:

Não há possibilidade de parcelamento da contratação visto a especificidade e particularidade de cada unidade hospitalar, devendo a licitação ser por LOTE. Além disso, os exames de análises clínicas foram agrupados em um lote para cada uma das unidades hospitalares, Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG) e Hospital Nereu Ramos (HNR), sendo que a empresa ganhadora deverá prestar os serviços para ambas unidades, considerando a: a) proximidade entre as unidades HIJG e HNR, b) ausência de área física para a instalação do laboratório nas dependências do HNR, c) necessidade de liberação de resultados de exames de emergência e urgência a curto prazo (1 a 2 horas).

6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

6.1.1. Descrição do objeto, conforme a especificação dos serviços descrita nos Anexos I e II, referentes às relações de exames de análises clínicas prescritos nas unidades HIJG e HNR, respectivamente, os quais constam tabela, código, descrição, número de exames/mês e número de exames/ano. Deve constar o valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente, endereço físico, endereço eletrônico e telefone de contato, data de emissão e validade, nome completo e identificação do responsável;

6.2. Da amostra (art. 41, II, da Lei n.º 14.133/2021): Não será necessário amostra.

6.3. Da garantia dos itens: Não haverá exigência de garantia.

6.4. Da garantia de proposta (art. 58, da Lei n.º 14.133/2021): Não haverá exigência de garantia.

7. DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.1. Habilitação Jurídica

7.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

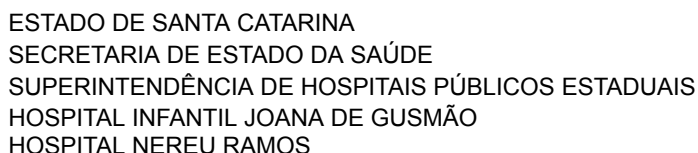
7.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso:

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

7.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$$



$\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}); \text{ e}$

$\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de.....% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.4. Qualificação-técnica (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

As empresas deverão apresentar os documentos vigentes referentes aos subitens 7.4.1 ao 7.4.7., para fins de **habilitação** quanto aos requisitos mínimos de qualificação de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações para a participação do certame licitatório:

7.4.1. Registro de no mínimo, um Responsável Técnico, legalmente habilitado no respectivo Conselho Regional de Classe;

7.4.2. Médico, biomédico, farmacêutico-bioquímico inscritos nos Conselhos Regionais de Classe, CRM, CRBio e CRF, respectivamente, poderão exercer a Responsabilidade Técnica de Laboratórios de Análises Clínicas;

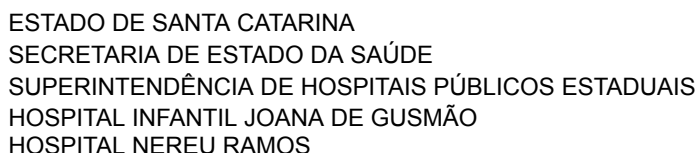
7.4.3. O laboratório clínico e o posto de coleta laboratorial devem dispor de um profissional legalmente habilitado como Responsável Técnico que poderá assumir perante a vigilância sanitária, a Responsabilidade Técnica de no máximo 02 (dois) laboratórios clínicos ou 02 (dois) postos de coleta laboratoriais ou 01 (um) laboratório clínico e 01 (um) posto de coleta laboratorial (RDC/ANVISA nº 302/2005);

7.4.4. No caso de impedimento do Responsável Técnico, o laboratório clínico ou o posto de coleta laboratorial contarão com um profissional legalmente habilitado para substituí-lo;

7.4.5. Responsável Técnico no quadro da empresa: em regime de CLT (cópia da Carteira de Trabalho) ou sócio (contrato social ou instrumento jurídico equivalente) ou contrato de prestação de serviços;

7.4.6. Registro e Inscrição do Responsável Técnico (item 7.4.4. e 7.4.5) e da empresa, junto ao Conselho Regional de Classe competente pela fiscalização do exercício da profissão regulamentada;

7.4.7. Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado a fim de demonstrar aptidão de atividade anterior, comprovando ter prestado serviços à população nas atividades de laboratório de análises clínicas em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS), compatível por pelo menos 50% do quantitativo total a ser licitado e abranger pelo menos metade do total da relação nominal dos exames descritos no presente edital, num



A empresa vencedora deverá apresentar no momento da convocação para a **assinatura do contrato** os seguintes documentos vigentes de **qualificação** técnica para o exercício da profissão no Estado de Santa Catarina:

7.4.9. Alvará de Licença Sanitária expedido pelo Órgão de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

7.4.10. O Protocolo de renovação do Alvará de Licença Sanitária poderá ser apresentado no caso de expiração da vigência do Alvará, desde que solicitado anteriormente à vigência do mesmo, a fim de comprovar o funcionamento regular da empresa;

7.4.11. Certificado de Regularidade técnica vigente, expedido pelo Órgão de Classe, no qual o laboratório está inscrito:

7.4.12. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes da empresa CONTRATADA:

7.4.13. O detalhamento dos processos de análises clínicas em cada área técnica (Bioquímica, Uroanálise, Imunologia, Hormônios, Hematologia, Microbiologia e Micologia), identificando os equipamentos/metodologia de análise, local de processamento e processo de controle de qualidade utilizados, poderá ser apresentado até o momento da instalação da Unidade Laboratorial nas dependências da unidade hospitalar, e, a necessidade de eventuais substituições, serão previamente analisadas pela comissão de acompanhamento do contrato;

As exigências previstas no item 7.4 do presente Termo de Referência referem-se à Regulamentação Técnica para o funcionamento de Laboratório Clínico, com o objetivo da prestação de serviços às unidades hospitalares, em conformidade com as Resoluções da ANVISA, RDC 302, de 13 de outubro de 2005; RDC 222, de 28 de março de 2018; e, RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, “H” DA LEI Nº 14.133/2021)

8.1. A forma de seleção se dará por meio de CONTRATAÇÃO DIRETA, de maneira emergencial, por Dispensa de licitação;

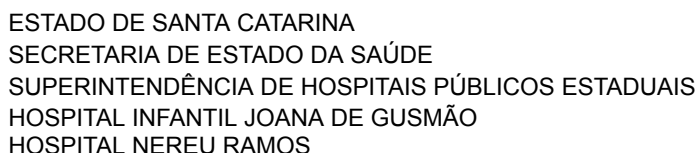
8.2. O critério de julgamento das propostas será o MENOR PREÇO GLOBAL. Todos os custos referentes à prestação de serviço deverão estar previstos na proposta de preços. Como critério de julgamento das propostas será utilizado o menor valor global, entretanto, a empresa participante deverá apresentar planilha com valor unitário por exame e, obedecer às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital.

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “E”; ART. 18º, III, e ART. 40º, §1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021)

9.1. O compromisso será firmado por meio de Contrato com duração de 06 meses.

9.2. O regime de execução da prestação dos serviços será empreitada por preço unitário.

9.3. O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);



9.5. As quantidades licitadas e informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

9.7. Os serviços laboratoriais clínicos para a realização de exames de análises clínicas compreenderão fundamentalmente o agendamento, coleta e transporte (interno e externo) de material biológico nas unidades e serviços assistenciais contratados, realização de exames laboratoriais de análises clínicas, liberação de resultados e entrega de laudos eletrônicos;

9.9. A unidade laboratorial não poderá servir como sede da CONTRATADA para atender e processar amostras de pacientes externos particulares ou por convênios nas dependências da unidade hospitalar.

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
HIJG	Rua Rui Barbosa, 152 - Agrônômica - Florianópolis/SC - CEP 88.025-301	48-3664-3200	hijg@saude.sc.gov.br geradhijg@saude.sc.gov.br
HNR	Rua Rui Barbosa, 800 - Agrônômica - Florianópolis/SC - CEP 88.025-301	48-3665-9421	hnr@saude.sc.gov.br geradhnr@saude.sc.gov.br

9.12. Despesas decorrentes da execução da contratação, tais como equipamentos, adequações das áreas físicas e recursos humanos ficarão exclusivamente sob a responsabilidade da CONTRATADA;

9.14. Utilizar Sistema de Gestão de Qualidade para execução ágil de processos, resultado rastreável, comunicação eficiente e outros;

9.15.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar os indicadores na periodicidade indicada na Tabela II, como instrumento de acompanhamento e avaliação do serviço pela CONTRATANTE.

Os valores devem estar de acordo com o estipulado aceitável descritos por indicador. O não atendimento das metas dispostas na Tabela II, poderá ensejar as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações.

TABELA II - Indicadores utilizados na avaliação da execução dos serviços.

NOME DO INDICADOR	META	PERIODICIDADE	FÓRMULA
Taxa de coleta de nova amostra	Abaixo de 3%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de coletas de novas amostras} / \text{Total de coletas}) * 100$
Desempenho do laboratório no ensaio de proficiência. Controle de Qualidade Externo.	Acima de 85%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de exames (analitos) que atenderam o padrão} / \text{Total de exames enviados (PNCQ ou Controllab)}) * 100$
Exames em regime de urgência liberados no tempo	Acima de 97%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de exames de urgência liberados no tempo} / \text{Total de exames urgentes liberados}) * 100$
Taxa de contaminação de Hemoculturas	Abaixo de 3%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de contaminações} / \text{n}^\circ \text{ de hemoculturas coletadas}) * 100$
Monitorar a efetividade da comunicação de exames críticos laboratoriais comunicados	Acima de 98%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de exames de rotina críticos passados telefone} / \text{Total de exames críticos}) * 100$

- O laboratório deverá submeter seus resultados a ensaios de proficiência, conforme a RDC/ANVISA nº 302/2005, legislação vigente e suas atualizações. Os testes que não dispõem de ensaios externos deverão ser verificados por métodos alternativos comprovados pela CONTRATADA;
- Os exames em regime de urgência estão dispostos nos itens 9.34;
- Estabelecer a lista de exames dos resultados de valores críticos junto à Gerência Técnica hospitalar, respeitando a vocação e as características da unidade;

9.16. Comprovar o Registro de equipamentos na ANVISA e apresentar o plano de manutenção periódica previsto no Sistema de Gestão de Qualidade;

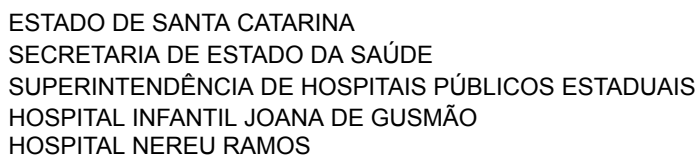
9.17. Realizar obrigatoriamente a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos existentes na Unidade Laboratorial que presta serviço à unidade hospitalar, com assistência técnica especializada por profissionais treinados e capacitados pelos fabricantes;

9.18. Apresentar comprovação das manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos (cópia das ordens de serviço e/ou relatórios de manutenção);

9.19. Realizar obrigatoriamente a manutenção das instalações utilizadas nas dependências da CONTRATANTE durante toda a vigência do contrato:

9.20. Dispor dos dados brutos comprobatórios das atividades de manutenção, os quais poderão ser solicitados a qualquer momento pelo fiscal e/ou seus designados;

9.21. A CONTRATADA deverá dispor de informações a pedido da SES, auditoria técnica ou administrativa, a qualquer momento;



9.23. Os certificados mensais e qualquer outro documento probatório do desempenho da CONTRATADA no Programa de Controle de Qualidade Externo devem ser apresentados mensalmente à unidade para análise do cumprimento dos serviços;

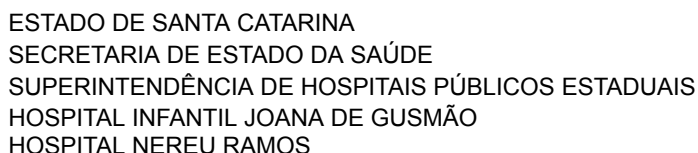
9.25. Utilizar somente material de consumo com Registro na ANVISA, descartável e de qualidade para realização dos exames;

9.27. Todo material de consumo (seringa, agulha, escalpe, gaze seca e estéril, algodão, bandagem, esparadrapo, micropore, luva, tubo de coleta, microtubo, etiqueta para identificação do paciente, swab de algodão, lanceta, descartador de material perfurocortante e outros), insumos, produtos para diagnóstico de uso in vitro (reagentes, padrões, calibradores, controles, materiais, artigos e instrumentos) e recursos humanos utilizados para a coleta e realização dos exames, serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem quaisquer ônus e responsabilidade à SES:

9.29. Cumprir as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho e prover os colaboradores com Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC, quando realizarem os serviços, quando permanecerem na(s) Unidade(s) da SES ou quando necessário;

9.31. Responsabilizar-se pelo ônus decorrente da imediata substituição na prestação dos serviços, de empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça a confiança da SES, embarace a fiscalização ou proceda de modo impróprio com os serviços prestados ou com o atendimento humanizado preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS);

9.33. Limpar e manter seus equipamentos e área física utilizada, bem como se responsabilizar pelo destino de resíduos químicos e biológicos potencialmente poluidores e/ou contaminantes



9.34. Construir estrutura de logística para prestar serviços nas Unidade(s) Hospitalar(es) que apresentam apenas posto de coleta ou naquelas onde a coleta é realizada nos leitos, conforme descrito na Tabela III, para garantir a coleta da amostra, a realização dos exames e a liberação dos resultados, no MÁXIMO em 1 (UMA) hora, dos seguintes exames elencados como URGÊNCIA: gasometria arterial e/ou venosa, sódio, potássio, cálcio, magnésio, ureia, creatinina, hematócrito, hemoglobina, glicose e troponina. Os resultados de outros exames de urgência: hemograma, plaquetas, amilase, parcial de urina, CK, CK-MB, CK-massa, TAP, TTPA, lactato, TGO, TGP, fosfatase alcalina, Gama-GT, Bilirrubinas, cloro, Beta-HCG serão liberados em 2 (DUAS) horas em CARÁTER DE EMERGÊNCIA;

9.36. Incluir ou excluir exames no elenco de procedimentos de acordo com as determinações e interesses da SES, como por exemplo, exames epidemiológicos, seguindo possíveis direcionamentos técnicos demandados por esta Secretaria;

9.38. A empresa CONTRATADA deverá realizar a integração da requisição e resultados de exames com o Sistema de Gestão em Saúde Hospitalar (SGS-Hospitalar) utilizado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), no prazo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do contrato. Após a integração, os exames serão solicitados por meio de requisição eletrônica no SGS-Hospitalar e enviados automaticamente ao sistema utilizado pela CONTRATADA. Os resultados estarão disponíveis na SGS-Hospitalar para visualização e para impressão, se necessária;

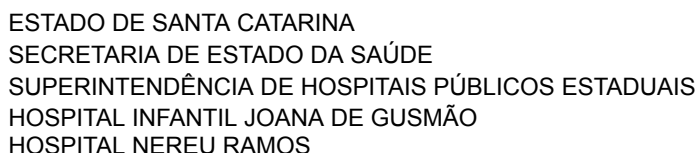
9.40. Criação das “máscaras” dos exames para integração entre os sistemas, sob a supervisão dos servidores públicos responsáveis pela fiscalização do contrato;

9.42. Disponer da infraestrutura de informática (“hardware”, “software”, rede lógica e acesso à INTERNET) na Unidade Laboratorial instalada nas dependências da CONTRATANTE;

9.44. Acessar outras informações acerca da integração entre os sistemas, através do contato com o fabricante do software;

9.45. Solicitar os exames de acordo com a nomenclatura proposta e respectivos códigos apresentados neste Termo está condicionado ao pagamento dos serviços de análises clínicas;





1 - o médico prescreve os exames de cultura e antibiograma no SGS Hospitalar, especificando a amostra biológica para a pesquisa,

2 - o profissional de saúde das unidades hospitalares HIJG e HNR ou do laboratório coleta a amostra biológica, conforme o treinamento do LACEN. No caso da coleta realizada por profissional de saúde, o laboratório é informado por telefone para a retirada da amostra, registrando a data, horário e os nomes de quem realizou e de quem atendeu o chamado telefônico.

3 - o laboratório retira a amostra biológica na unidade hospitalar (HIJG ou HNR) e confere com a prescrição médica realizada no SGS Hospitalar e integrada com o Sistema próprio da empresa.

4 - o laboratório processa a amostra biológica, semeia em meio de cultura e incuba em condições adequadas de temperatura ($35^{\circ}\text{C} \pm 2^{\circ}\text{C}$) e umidade, aguardando o crescimento microbiano por um período de 18 a 24 h para a maioria das amostras,

5 - o laboratório realiza a primeira leitura após o período de incubação de 24 h:

a - Negativo: o laboratório emite o resultado parcial, referente às 24 h de incubação, no Sistema próprio que integra com o SGS Hospitalar para a visualização do prescritor. Posteriormente o laboratório emite o resultado negativo definitivo, caso a ausência do crescimento microbiano se mantenha por um período até 48h de incubação.

b - Positivo: o laboratório emite o resultado positivo no Sistema próprio que integra com o SGS Hospitalar para a visualização do resultado pelo prescritor, se crescimento microbiano até a cultura completar o período de 48h de incubação,

6 - o laboratório cadastra as culturas positivas no Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL) para identificação e realização de antibiograma no LACEN,

7 - o laboratório transporta o material (cultura positiva) para realização dos exames no LACEN em horário definido pelas unidades e LACEN,

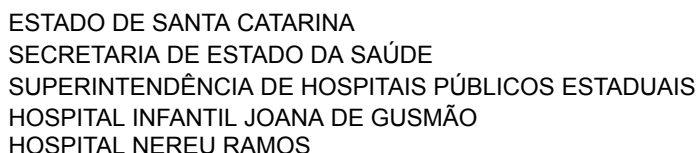
8 - o LACEN recebe o material, realiza a identificação no Sistema MALDI TOF e o antibiograma e preenche os resultados no GAL.

9 - o laboratório transcreve o resultado do GAL para o sistema próprio que integra com o SGS Hospitalar para visualização do prescritor.

9.58.15. A CONTRATADA prestará os serviços na unidade hospitalar de acordo com área máxima descrita na Tabela III. Os exames também poderão ser executados nas unidades hospitalares que dispõem de posto de coleta laboratorial com área máxima descrita na Tabela III, desde que amparado com área de preparo de amostras;

TABELA III - Área máxima disponível ao laboratório clínico e posto de coleta nas unidades hospitalares públicas vinculadas à SES/SC.

Unidade da SES	Nº de Leitos	Área Física Coleta (m²)	Área Física Laboratório (m²)	Horário de Atendimento
HIJG	125	28,7	429,1	24h incluindo sábados, domingos e feriados
HNR	104	14,04 (Centrífuga p/ preparo de amostras enviadas ao Lacen	Não se aplica	24h incluindo sábados, domingos e feriados



Unidade	Área (m²)	Valor Aluguel/m² (R\$)	Valor Total Aluguel (R\$)	Valor Condomínio/m² (R\$)	Valor total Condomínio (R\$)
HIJG	457,8	*43,35	19.845,63	**37,36	17.103,41
HNR	14.04	*43.35	608.63	**16.97	238.26

** O valor médio em reais do custo unitário por metro quadrado das unidades HIJG e HNR fornecido pelo Sistema de Custos da SES (SGS BI) do ano anterior à assinatura do contrato, multiplicado pela área em metro quadrado cedida pela unidade hospitalar para a instalação do laboratório, resulta no valor do condomínio.

Figura 1. Calculadora Cidadão disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (Acesso público 15/12/2023 – 09:00).

Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)

Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	01/2012
Data final	11/2023
Valor nominal	R\$ 20,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,97718060
Valor percentual correspondente	97,718060 %
Valor corrigido na data final	R\$ 39,54 (REAL)

Fazer nova pesquisa

Imprimir

Figura 2. Calculadora Cidadão disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (Acesso público 15/12/2023 – 09:12h).

Resultado da Correção pelo IGP-DI (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-DI (FGV)	
Dados informados	
Data inicial	01/2012
Data final	11/2023
Valor nominal	R\$ 20,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	2,35823920
Valor percentual correspondente	135,823920 %
Valor corrigido na data final	R\$ 47,16 (REAL)
Fazer nova pesquisa	Imprimir

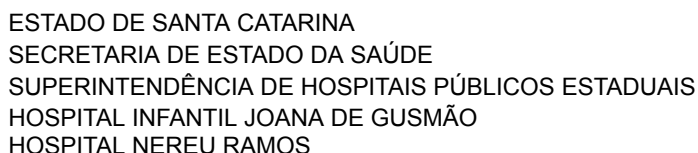
Média entre INPC (IBGE) e IGP-DI (FGV): $39,54 + 47,16 = 86,70 \div 2 = \text{R\$ } 43,35/\text{m}^2$

9.59. Endereços de execução: TABELA I.

10. DA GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, “F” DA LEI Nº 14.133/2021)

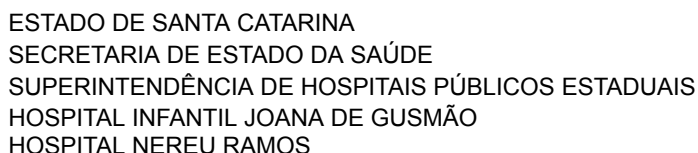
10.1. Ao gestor do contrato caberá:

- a)** Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- b)** Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- c)** Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- d)** Comunicar à DLIC, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- e)** Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- f)** Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;
- g)** Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;



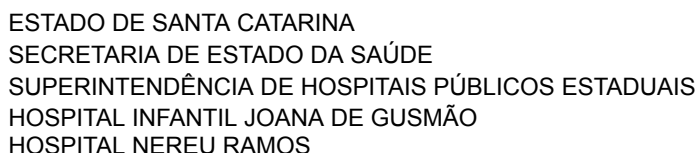
- 10.2. Ao fiscal do contrato caberá:**

- a) Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;
- b) Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;
- c) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto da administração contratante quanto da contratada;
- d) Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;
- e) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- f) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;
- g) Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

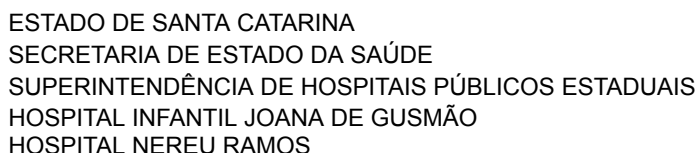


- ### 10.3. Penalidades e Sanções Contratuais:

a) advertência;



- I. por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- II. por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- III. por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- IV. por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- V. por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- VI. por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- VII. por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- VIII. até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.



10.3.1.3.2. A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.3.1.4.1. A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.3.2. As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

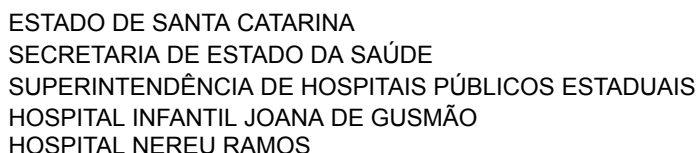
b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.3.5. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade:

10.3.6. As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – DGLC, no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina/SEA:

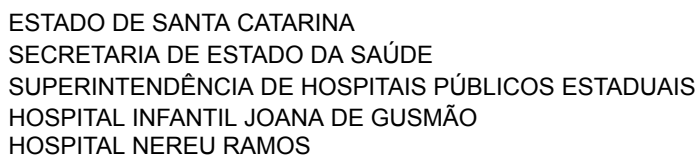
10.3.7. Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

10.3.8. As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

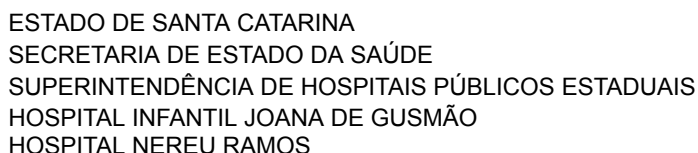


10.4.4. A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 137, da Lei 14.133/21, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

11.3.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega dos serviços;



11.3.14. Não se estabelecerá qualquer relação jurídica entre os empregados da CONTRATADA e a Secretaria de Estado da Saúde. A contratada será a responsável única e direta perante o empregado que contrata para execução do objeto, exercendo a prerrogativa de dirigi-los e ao ônus de remunerá-los de acordo com as disposições trabalhistas, previdenciárias e tributárias vigentes;



11.3.25. A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;





11.3.38. A CONTRATADA emitirá nota fiscal onde constará o nome do exame e respectivo código relacionado com a Tabela de Referência SIGTAP/SUS, Tabela CBHPM e/ou Tabela Própria SES, número de exames realizados e entregará na unidade hospitalar solicitante, conforme a relação mensal de exames realizados, disponibilizada no SGS-Hospitalar;

11.3.39. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

11.3.40. Realizar cadastro no Portal Externo do SGPe (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

11.4. Obrigações específicas da contratante:

Obriga-se a Administração/Contratante:

11.4.1. Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos serviços entregues;

11.4.2. A CONTRATANTE/SES pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato de acordo com a norma de contratação;

11.4.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

11.4.4. Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados diretamente pelo Gestor e representante designado pela Administração da Unidade Hospitalar (Fiscal de Contrato), o qual acompanhará e fiscalizará o cumprimento dos dispositivos do Contrato. A Comissão de Serviços de Análises Clínicas da SES atuará junto a fiscalização, desde o início dos trabalhos, com interesse exclusivo da SES, participando de todos os atos que se fizerem necessários para garantir a execução dos serviços contratados, podendo ser realizadas diligências e auditorias;

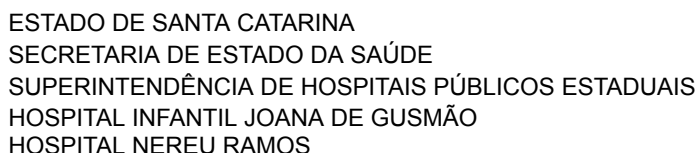
11.4.5. Visita da Comissão de Serviços de Análises Clínicas nos Laboratórios para comprovação da compatibilidade de parque de equipamentos e do corpo técnico qualificado para prestar os serviços de análises clínicas às unidades hospitalares;

11.4.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

11.4.7. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.4.8. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

11.4.9. A CONTRATANTE deverá assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, ao local de trabalho;



11.5. CONDIÇÕES GERAIS

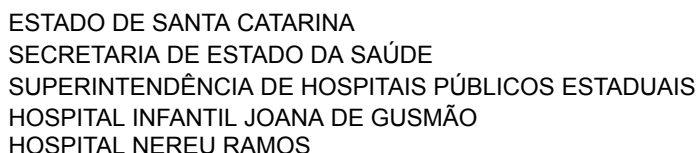
11.5.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do Contrato.

12. Da transição e Continuidade dos Serviços:

12.4. As responsabilidades da nova CONTRATADA devem ser definidas na fase de encerramento do contrato anterior, evitando a alegação de dificuldades para a prestação dos serviços e cumprimento do novo contrato.

13. DO CONTRATO

13.3. Gestão e Fiscalização: Gestor:



Fiscais:

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, “G” e ART. 40º, §1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021)

a) Os serviços serão remunerados após a conferência mensal entre os exames prescritos, conforme a nomenclatura proposta e os códigos correspondentes, e os resultados emitidos eletronicamente por meio do interfaceamento entre os softwares da Secretaria e da empresa contratada, totalizando a quantidade de serviços executados e aprovados pela fiscalização.

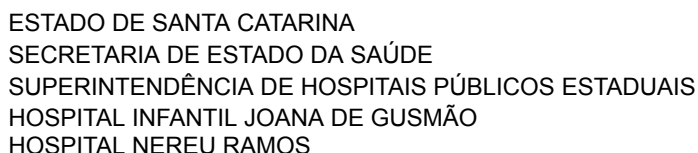
14.2. Prazos:

14.2.1. Prazo de início da execução: (item 12.2. A CONTRATADA deve estar apta para iniciar as suas atividades no máximo em 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, na data definida pela CONTRATANTE, de acordo com o encerramento do contrato com o atual prestador de serviços).

a) O pagamento dos exames, após o período de até 30 (trinta) dias concedido para o interfaceamento entre os sistemas da Secretaria e da empresa, será efetuado mediante a integração dos resultados/laudos no SGS-Hospitalar;

b) A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital:

c) Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do



d) Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

Após o recebimento dos documentos comprobatórios da prestação do serviço mensal (nota fiscal e relatório detalhado, com descritivo, codificação e quantitativo dos exames), faz-se a análise comparativa com o relatório extraído do SGS - Sistema de Gestão em Saúde Hospitalar com o prazo de 5 dias para conclusão da tarefa. Caso seja verificada alguma incongruência de informações no processo da análise comparativa, estende-se o prazo para até 15 dias para correção e liberação da nota fiscal para pagamento conforme alínea b) do item **14.2.2.**

14.4. Do reajustes (art. 92, V, da Lei nº 14.133/2021): Os preços contratados serão irreajustáveis.

Unidade: **Hospital Infantil Joana de Gusmão**

Unidade: Hospital Nereu Ramos

15.1. O valor de cada exame será baseado no código correspondente da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP, um instrumento oficial, no qual o Ministério da Saúde processa o pagamento de exames realizados para atender as Unidades Hospitalares;

15.2. Na ausência da descrição de exames na tabela SIGTAP-SUS, utiliza-se os códigos da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), sendo que os códigos da Tabela Própria da SES somente serão utilizados na inexistência dos códigos anteriores;

15.3. Serão cobrados exclusivamente coleta e preparo de amostras biológicas para realização de exames disponibilizados no Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN), sendo que o transporte ao LACEN e/ou laboratório da rede indicado por este, ficará a cargo da unidade hospitalar.



Informamos que o valores que constam nas requisições correspondem a uma estimativa de preços.

A análise de preços completa (Planilha de Pesquisa de Preços) será realizada, posteriormente, pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras - DPGC.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, “J” DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, VII, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

16.1. A contratação seguirá após a declaração de disponibilidade orçamentária-financeira emitida pela Superintendência do Fundo Estadual de Saúde em documento apensado ao processo.

17. ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (ART. 18º, X, DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, III, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

O documento está sendo elaborado por esta SES. No momento, estamos utilizando o modelo de Gestão de Riscos da SEA (ANEXO V).

18. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

- a) Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- b) Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- c) Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- d) Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

19. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1. Observar o que dispõe a Lei nº 13.787, de 2018 que regula a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente e a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), estabelece regras gerais sobre a proteção de dados e Ofício circular nº 28/2021 da SEA/SC.

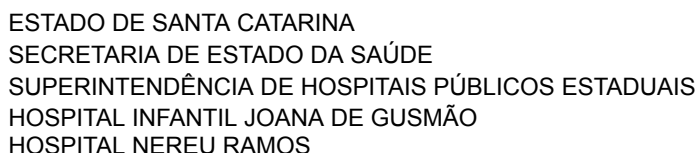
19.2. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;

19.3. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;

19.4. A não se apropriar de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponibilizado;

19.5. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas;

20. GARANTIA CONTRATUAL



20.2. No caso de rescisão, a liberação da garantia contratual ficará condicionada a verificação de cumprimento das obrigações firmadas no presente instrumento, podendo esta Secretaria, em caso de prejuízo, promover a execução da garantia contratual para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração;

20.3.1. Moeda corrente no país ou em títulos de dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

20.3.3. Seguro-garantia.

A fiança bancária deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil. O seguro garantia será realizado mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País e em nome da Secretaria de Estado da Saúde, cobrindo o risco de quebra do contrato. A Garantia Contratual e os reforços somente poderão ser levantados 30 (trinta) dias após a data do término do Contrato e aceite pela Secretaria de Estado da Saúde. O pedido de devolução deverá ser protocolado e acompanhado do original da guia de recolhimento.

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
GEACR/LAB(*)	---	---

22. GESTOR RESPONSÁVEL DA UNIDADE REQUISITANTE

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Levy Hermes Rau	360231-01-1	(48)3664-3200/hijg@saude.sc.gov.br
Renata Zomer de Albemaz Muniz	960976-8-01	(48)3665-9401/hnr@saude.sc.gov.br

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Roberto Henrique Benedetti	256097-6-02	3664-8903 / suh@saude.sc.gov.br

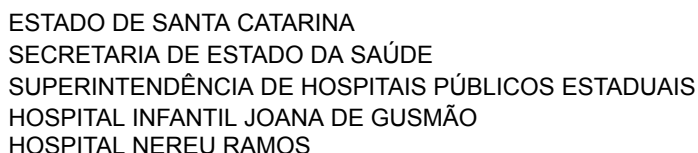
Pág. 85 de 512 - Documento assinado digitalmente pelo PJe. Para conferir o original, acesse o site <https://ptstj.jus.br/pedab/pges/pesquisa/consultar/pesquisa/2022/3000456692>, ou o código <https://ptstj.jus.br/pedab/pges/pesquisa/consultar/pesquisa/2022/3000456692>.

	SIGTAP/SUS	0202050297	PESQUISA DE PORFOBILINOGENIO NA URINA	1	6
	SIGTAP/SUS	0202050300	PESQUISA DE PROTEÍNAS URINÁRIAS 24 HORAS (POR ELETROFORESE)	4	24
	SIGTAP/SUS	0202050319	PESQUISA DE TIROSINA NA URINA	1	6
	SIGTAP/SUS	0202050327	PROVA DE DILUIÇÃO (URINA)	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060012	DETERMINAÇÃO DE ÍNDICE DE TIROXINA LIVRE	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060020	DETERMINAÇÃO DE RETENÇÃO DE T3	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060039	DETERMINAÇÃO DE T3 REVERSO	6	36
	SIGTAP/SUS	0202060047	DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	33	198
	SIGTAP/SUS	0202060055	DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060063	DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTERÓIDES	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060071	DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACÉTICO (SEROTONINA)	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060080	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	20	120
	SIGTAP/SUS	0202060098	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060101	DOSAGEM DE AMP CÍCLICO	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060110	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	36	216
	SIGTAP/SUS	0202060128	DOSAGEM DE CALCITONINA	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060136	DOSAGEM DE CORTISOL (TODOS OS TIPOS DE COLETA)	40	240
	SIGTAP/SUS	0202060144	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	17	102
	SIGTAP/SUS	0202060152	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	3	18
	SIGTAP/SUS	0202060160	DOSAGEM DE ESTRADIOL	26	156
	SIGTAP/SUS	0202060179	DOSAGEM DE ESTRIOL	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060187	DOSAGEM DE ESTRONA	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060195	DOSAGEM DE GASTRINA	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060209	DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060217	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	20	120
	SIGTAP/SUS	0202060225	DOSAGEM DE HORMÔNIO DE CRESCIMENTO (HGH)	35	210
	SIGTAP/SUS	0202060233	DOSAGEM DE HORMÔNIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	50	300
	SIGTAP/SUS	0202060241	DOSAGEM DE HORMÔNIO LUTEINIZANTE (LH)	66	396
	SIGTAP/SUS	0202060250	DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	600	3600
	SIGTAP/SUS	0202060268	DOSAGEM DE INSULINA	50	300
	SIGTAP/SUS	0202060276	DOSAGEM DE PARATORMÔNIO	50	300
	SIGTAP/SUS	0202060284	DOSAGEM DE PEPTÍDEO C	10	60
	SIGTAP/SUS	0202060292	DOSAGEM DE PROGESTERONA	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060306	DOSAGEM DE PROLACTINA	7	42
	SIGTAP/SUS	0202060314	DOSAGEM DE RENINA	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060322	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	100	600
	SIGTAP/SUS	0202060330	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	16	96
	SIGTAP/SUS	0202060349	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	70	420
	SIGTAP/SUS	0202060357	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	2	12
	SIGTAP/SUS	0202060365	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	13	78
	SIGTAP/SUS	0202060373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	10	60
	SIGTAP/SUS	0202060381	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	450	2700
	SIGTAP/SUS	0202060390	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	5	30
	SIGTAP/SUS	0202060403	TESTE DE ESTÍMULO DA PROLACTINA / TSH APÓS TRH	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060411	TESTE DE ESTÍMULO DA PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA	2	12
	SIGTAP/SUS	0202060420	TESTE DE ESTÍMULO COM GNRH OU COM AGONISTA GNRH	2	12
	SIGTAP/SUS	0202060438	TESTE DE ESTÍMULO DO HGH APÓS GLUCAGON	2	12
	SIGTAP/SUS	0202060446	TESTE DE SUPRESSÃO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060454	TESTE DE SUPRESSÃO DO HGH APÓS GLICOSE	1	6
	SIGTAP/SUS	0202060462	TESTE P/ INVESTIGAÇÃO DO DIABETES INSÍPIDUS	2	12
	SIGTAP/SUS	0202060470	PESQUISA DE MACROPROLACTINA	2	12
	SIGTAP/SUS	0202070018	DOSAGEM DE ÁCIDO DELTA-AMINOLEVULÍNICO	2	12
	SIGTAP/SUS	0202070026	DOSAGEM DE ÁCIDO HIPURICO	2	12
	SIGTAP/SUS	0202070034	DOSAGEM DE ÁCIDO MANDELICO	1	6
	SIGTAP/SUS	0202070042	DOSAGEM DE ÁCIDO METIL-HIPURICO	1	6
	SIGTAP/SUS	0202070050	DOSAGEM DE ÁCIDO VALPROICO	4	24
	SIGTAP/SUS	0202070069	DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE	1	6
	SIGTAP/SUS	0202070077	DOSAGEM DE ÁLCOOL ETÍLICO	2	12
	SIGTAP/SUS	0202070085	DOSAGEM DE ALUMÍNIO	1	6
	SIGTAP/SUS	0202070093	DOSAGEM DE AMINOGLICOSÍDEOS	2	12
	SIGTAP/SUS	0202070107	DOSAGEM DE ANFETAMINAS	2	12
	SIGTAP/SUS	0202070115	DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICÍCLICOS	2	12
	SIGTAP/SUS	0202070123	DOSAGEM DE BARBITURATOS / FENOBARBITAL	3	18
	SIGTAP/SUS	0202070131	DOSAGEM DE BENZODIAZEPÍNICOS	2	12
	SIGTAP/SUS	0202070140	DOSAGEM DE CÁDMIO	2	12
	SIGTAP/SUS	0202070158	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	1	6
	SIGTAP/SUS	0202070166	DOSAGEM DE CARBOXY-HEMOGLOBINA	1	6
	SIGTAP/SUS	0202070174	DOSAGEM DE CHUMBO	1	6
	SIGTAP/SUS	0202070182	DOSAGEM DE CICLOSPORINA	15	90

	CBHPM	40302245	MIOGLOBINA, PESQUISA E/OU DOSAGEM SORO	1	6
	CBHPM	40302253	NITROGÊNIO AMONÍACAL, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40302296	PIRUVATOQUINASE, DOSAGEM	3	18
	CBHPM	40302326	PRÉ-ALBUMINA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	6	36
	CBHPM	40302407	RESERVA ALCALINA (BICARBONATO), PESQUISA E/OU DOSAGEM	2	12
	CBHPM	40302431	SUCCINIL ACETONA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40302490	TIROSINA, PESQUISA E/OU DOSAGEM (PLASMA)	1	6
	CBHPM	40302601	VITAMINA A, PESQUISA E/OU DOSAGEM	66	396
	CBHPM	40302610	VITAMINA E, PESQUISA E/OU DOSAGEM	50	300
	CBHPM	40302636	LIPÍDIOS TOTAIS, PESQUISA E/OU DOSAGEM	50	300
	CBHPM	40302687	PROCALCITONINA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	50	300
	CBHPM	40302695	COLESTEROL (VLDL), PESQUISA E/OU DOSAGEM	5	30
	CBHPM	40302725	IMUNOFIXAÇÃO - CADA FRAÇÃO	1	6
	CBHPM	40302768	PAPP-A, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40302784	VITAMINA B1, PESQUISA E/OU DOSAGEM	2	12
	CBHPM	40302792	VITAMINA B2, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40302814	VITAMINA B6, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40302849	VITAMINA K, PESQUISA E/OU DOSAGEM	4	24
	CBHPM	40302903	ÁCIDOS GRAXOS CADEIA MUITO LONGA	1	6
	CBHPM	40303217	LACTOFERRINA FECAL	1	6
	CBHPM	40303250	SANGUE OCULTO NAS FEZES, PESQUISA IMUNOLÓGICA	1	6
	CBHPM	40303284	ELASTASE PANCREÁTICA FECAL	4	24
	CBHPM	40304493	PRODUTOS DE DEGRADAÇÃO DA FIBRINA, QUALITATIVO	10	60
	CBHPM	40304671	ANTICORPO ANTIMIELOPEROXIDASE, MPO, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40304779	PRODUTOS DE DEGRADAÇÃO DA FIBRINA, QUANTITATIVO	1	6
	CBHPM	40304787	PROTEÍNA S LIVRE, DOSAGEM	2	12
	CBHPM	40304906	DÍMERO D, PESQUISA E/OU DOSAGEM	33	198
	CBHPM	40305210	CORTISOL LIVRE - PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40305287	ENZIMA CONVERSORA DA ANGIOTENSINA (ECA), PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40305295	ERITROPOIETINA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	2	12
	CBHPM	40305341	GAD-AB-ANTIDECARBOXILASE DO ÁCIDO, PESQUISA E/OU DOSAGEM	8	48
	CBHPM	40305406	IGF BP3 (PROTEÍNA LIGADORA DOS FATORES DE CRESCIMENTO "INSULINLIKE") - PESQUISA E/OU DOSAGEM	7	42
	CBHPM	40305422	LEPTINA, DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40305465	PARATORMÔNIO, PTH OU FRAÇÃO (CADA) - PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40305740	11-DESOXICORTICOSTERONA, PESQUISA-DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40306054	ANTI-ACTINA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40306070	ANTI-JO1, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40306097	ANTI-LKM-1, PESQUISA E/OU DOSAGEM	4	24
	CBHPM	40306135	ANTICARDIOLIPINA - IGA, DOSAGEM	4	24
	CBHPM	40306160	ANTICENTRÔMERO, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40306194	ANTICORPO ANTIVÍRUS DA HEPATITE E (TOTAL), PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40306259	ANTICORPOS ANTIENDOMISIO - IGG, IGM, IGA (CADA), PESQUISA E/OU DOSAGEM	6	36
	CBHPM	40306305	ANTI-GLIADINA (GLÚTEN) - IGA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	6	36
	CBHPM	40306313	ANTI-GLIADINA (GLÚTEN) - IGG, PESQUISA E/OU DOSAGEM	2	12
	CBHPM	40306321	ANTI-GLIADINA (GLÚTEN) - IGM, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40306330	ANTIMEMBRANA BASAL, PESQUISA	1	6
	CBHPM	40306364	ANTIMITOCONDRIA, M2, PESQUISA	1	6
	CBHPM	40306402	ANTINEUTRÓFILOS (ANCA) C, PESQUISA E/OU DOSAGEM	5	30
	CBHPM	40306410	ANTINEUTRÓFILOS (ANCA) P, PESQUISA E/OU DOSAGEM	5	30
	CBHPM	40306437	ANTIPEROXIDASE TIREOIDEANA, PESQUISA	3	18
	CBHPM	40306461	AVIDEZ DE IGG PARA TOXOPLASMOSE, CITOMEGALIA, RUBÉOLA, EB E OUTROS, CADA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40306496	BLASTOMICOSE, REAÇÃO SOROLÓGICA	1	6
	CBHPM	40306500	BRUCELLA IGG, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40306518	BRUCELLA IGM, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40306593	CAXUMBA, IGG, PESQUISA E/OU DOSAGEM	2	12
	CBHPM	40306607	CAXUMBA, IGM, PESQUISA E/OU DOSAGEM	2	12
	CBHPM	40306682	CLOSTRIDIUM DIFFICILE, PESQUISA E/OU DOSAGEM , TOXINA A, B E ANTIGENO GDH	25	150
	CBHPM	40306690	COMPLEMENTO C2, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40306720	COMPLEMENTO C5, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40306739	COMPLEMENTO CH-100, PESQUISA E/OU DOSAGEM	3	18
	CBHPM	40306801	ECHOVÍRUS (PAINEL) SOROLOGIA PARA	1	6
	CBHPM	40306887	GENOTIPAGEM DO SISTEMA HLA	1	6
	CBHPM	40306895	GIARDIA, REAÇÃO SOROLÓGICA	15	90

	CBHPM	40314189	PARVOVÍRUS POR PCR - PESQUISA	1	6
	CBHPM	40314197	PROTEÍNA S TOTAL + LIVRE, DOSAGEM	3	18
	CBHPM	40314227	TOXOPLASMOSE POR PCR, PESQUISA	1	6
	CBHPM	40314278	PESQUISA DE OUTROS AGENTES POR PCR	1	6
	CBHPM	40314286	PESQUISA DE MUTAÇÃO DE ALELO ESPECÍFICO POR PCR	3	18
	CBHPM	40314308	QUANTIFICAÇÃO DE OUTROS AGENTES POR PCR	2	12
	CBHPM	40314359	EPSTEIN BARR VÍRUS POR PCR	3	18
	CBHPM	40314430	HLA B27, FENOTIPAGEM	1	6
	CBHPM	40316084	ANTICORPO ANTI-RECEPTOR DE TSH (TRAB), DOSAGEM	8	48
	CBHPM	40316181	COMPOSTO S (11-DESOXICORTISOL), DOSAGEM	2	12
	CBHPM	40316238	DROGAS (IMUNOSSUPRESSORA, ANTICONVULSIVANTE,DIGITÁLICO ETC.) CADA, DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40316300	GLOBULINA DE LIGAÇÃO DE HORMÔNIOS SEXUAIS (SHBG), PESQUISA E/OU DOSAGEM	3	18
	CBHPM	40316378	MARCADORES TUMORAIS (CA 19-9, CA 125, CA 72-4, CA 15-3, ETC)	1	6
	CBHPM	40316386	OSTEOCALCINA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	2	12
	CBHPM	40316467	T3 LIVRE, DOSAGEM	5	30
	CBHPM	40316661	AQUAPORINA 4 (AQP4)	2	12
	CBHPM	40316602	AMP CÍCLICO NEFROGÊNICO NA URINA (AMOSTRA ISOLADA)	2	12
	CBHPM	40316718	CROMOGRANINA A, SORO	2	12
	CBHPM	40317064	PRO-INSULINA HUMANA	2	12
	CBHPM	40321134	DROGAS DE ABUSO, TRIAGEM	2	12
	CBHPM	40321398	METANEFRINA, DOSAGEM NO PLASMA	1	6
	CBHPM	40321703	CEFTRIAXONA, DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40321720	CLOBAZAM, DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40322114	VANCOMICINA, DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40323030	ACETILCOLINA, ANTICORPOS LIGADOR RECEPTOR	1	6
	CBHPM	40323048	ACETILCOLINA, ANTICORPOS MODULADOR RECEPTOR	1	6
	CBHPM	40323064	Anticorpos antirreceptor de fosfolipase A2 (PLA-2R), soro	1	6
	CBHPM	40323110	ASPERGILLUS, PESQUISA DO ANTIGENO GALACTOMANANA	1	6
	CBHPM	40323897	ANTICORPOS ANTIDIFTERIA	1	6
	CBHPM	40323900	ANTICORPOS ANTITÉTANO	10	60
	CBHPM	40324052	COXSACKIE B1-6, ANTICORPOS IGM	1	6
	CBHPM	40324125	PROTEINASE 3, ANTICORPOS ANTI	1	6
	CBHPM	40324265	CADEIAS LEVES LIVRES KAPPA/LAMBDA, DOSAGEM, SANGUE	1	6
	CBHPM	40324354	GLICOPROTEÍNA BETA 2, ANTICORPOS, IGA	1	6
	CBHPM	40324389	HLA-DQ, TESTE DE HISTOCOMPATIBILIDADE DE ALTA RESOLUÇÃO, SANGUE TOTAL	1	6
	CBHPM	40324656	Anticorpo anti-NMDAR	1	6
	CBHPM	40324664	Anticorpo ANTI-MOG	1	6
	CBHPM	40324672	Anticorpo anti-AMPAR	1	6
	CBHPM	40324680	Anticorpos anti-GABAR	1	6
	CBHPM	40324699	Anticorpos anti-LGI1	1	6
	CBHPM	40324702	Anticorpos anti-CASPR2	1	6
	CBHPM	40324710	Anticorpos anti-hmg-coa redutase (anti-hmgcoar), dosagem	1	6
	CBHPM	40324729	Anticorpos antitiroquinase músculo específica (anti-MUSK), dosagem	1	6
	CBHPM	40324745	Anticorpos anti-LGI1, dosagem líquido	1	6
	CBHPM	40324753	Anticorpo anti-AMPAR, dosagem líquido	1	6
	CBHPM	40324761	ANTI-HU (ANNA 1), dosagem líquido	1	6
Tabela SES	900031	ANTICORPOS ANTI NEURONAIIS-RECEPTORES NMDA	1	6	
Tabela SES	900032	WIPPLE, ANÁLISE MOLECULAR	1	6	
Tabela SES	900033	GENE JAKE MUTAÇÃO V6	1	6	
Tabela SES	900037	CALPROTECTINA FECAL	16	96	
Tabela SES	900042	ANTICORPOS ANTI 21-HIDROXILASE ALFA	1	6	
Tabela SES	900046	LISOZIMA	1	6	
Tabela SES	900052	ANTICORPOS IGG PARA GM1	1	6	
Tabela SES	900053	ANTICORPOS IGM PARA GM2	1	6	
Tabela SES	900058	MUTAÇÃO GENE DA METILENOTETRAHIDROFOLATO – MTHFR	1	6	
Tabela SES	900059	PROTEÍNA C ATIVADA, RESISTENCIA	1	6	
Tabela SES	900060	BARTONELLA SOROLOGIA TOTAL	2	12	
Tabela SES	900062	GANGLIOSÍDEOS IGM	1	6	
Tabela SES	900063	GANGLIOSÍDEOS IGG	1	6	
Tabela SES	900070	HEPARINA PF4, ANTICORPO ANTI	1	6	
Tabela SES	900071	CROMOGRANINA A / CROMAGRANINA B	1	6	
Tabela SES	900072	ANTICORPOS ANTINEURONAIIS ANTI CVE	1	6	
Tabela SES	900073	ADAMTS-13, ANTICORPO ANTI (ATIVIDADE DA PROTEASE DO FATOR DE VON WILLEBRAND)	1	6	
		TOTAL	36031	216186	

	CBHPM	40310370	MICROSPORÍDIA, PESQUISA NAS FEZES	4	24
	CBHPM	40310388	SARCOPTES SCABEI, PESQUISA	1	6
	CBHPM	40316467	T3 LIVRE, DOSAGEM	1	6
	CBHPM	40311104	DISMORFISMO ERITROCITÁRIO, PESQUISA (CONTRASTE DE FASE) NA URINA	1	6
	CBHPM	40311228	UROPORFIRINAS, DOSAGEM NA URINA	1	6
	CBHPM	40314022	CITOMEGALOVÍRUS - QUALITATIVO, POR PCR, PESQUISA	1	6
	CBHPM	40314278	PESQUISA DE OUTROS AGENTES POR PCR	1	6
	CBHPM	40314308	QUANTIFICAÇÃO DE OUTROS AGENTES POR PCR	1	6
	CBHPM	40316378	MARCADORES TUMORAIS (CA 19-9, CA 125, CA 72-4, CA 15-3, ETC)	3	18
	CBHPM	40310108	CRIOLOCOCO (TINTA DA CHINA), PESQUISA DE	2	12
	TOTAL			9024	54144



ANEXO VI

PORTARIA SES Nº 762 DE 16 DE AGOSTO DE 2023 - (Estabelece requisitos técnicos, responsabilidades e fluxos complementares para o funcionamento de laboratórios de microbiologia (públicos e privados) e das Comissões de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (CCIRAS), no que se refere às ações de prevenção, controle e monitoramento de microorganismos multirresistentes (MMR) no Estado de Santa Catarina).



Código para verificação: **HA22M87K**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **JOSÉ ROMEU BECKER** (CPF: 657.XXX.859-XX) em 25/01/2024 às 06:55:12
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:11:19 e válido até 13/07/2118 - 14:11:19.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **LEONARDO POZZATTI DE OLIVEIRA** (CPF: 016.XXX.080-XX) em 25/01/2024 às 11:27:16
Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/10/2021 - 13:42:38 e válido até 11/10/2121 - 13:42:38.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **TATIANA BEZ BATTI TITERICZ** (CPF: 006.XXX.009-XX) em 25/01/2024 às 11:40:19
Emitido por: "SGP-e", emitido em 06/09/2022 - 13:29:10 e válido até 06/09/2122 - 13:29:10.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **RENATA ZOMER DE ALBENAZ MUNIZ** (CPF: 004.XXX.839-XX) em 25/01/2024 às 12:28:31
Emitido por: "SGP-e", emitido em 06/10/2020 - 11:12:57 e válido até 06/10/2120 - 11:12:57.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ROCHELE DA SILVA** (CPF: 691.XXX.059-XX) em 25/01/2024 às 15:11:27
Emitido por: "SGP-e", emitido em 15/07/2021 - 12:01:00 e válido até 15/07/2121 - 12:01:00.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **CRISTIANO DE OLIVEIRA ALVES** (CPF: 693.XXX.309-XX) em 31/01/2024 às 12:39:31
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:34:27 e válido até 13/07/2118 - 13:34:27.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNDU2NjlfMTQ3MTgzXzlwMjNfSEEyMk04N0s=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00145669/2023** e o código **HA22M87K** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ____/ ____

Termo de Contrato de prestação de serviço, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa _____, através do PSES nº 145669/2023 - Cotação de Preços nº 102/2024, na modalidade de Dispensa de Licitação.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde - FES
CNPJ:	80.673.411/0001-87
Endereço:	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88.015- 130
Representada por:	

CONTRATADA:	
CNPJ:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1. Constitui objeto do presente **Contratação de serviços de Análises Clínicas (coleta e execução de exames) para as Unidades: Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG) e Hospital Nereu Ramos (HNR)**, conforme especificações contidas neste instrumento, no Edital de Cotação Eletrônica de Preços nº 102/2024 e seus anexos e da proposta julgada vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1. A realização do presente Contrato será firmado por prestação de serviços de coleta e execução de exames realizados ao mês.



CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. A CONTRATADA obriga-se a EXECUTAR o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) no quadro abaixo:

Itens	Serviços	Quantidade Mensal	Valor Unitário	Valor Mensal
01			R\$	R\$
02			R\$	R\$
03			R\$	R\$
Valor Total Mensal				R\$
Valor Total				R\$

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é estimado, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos e/ou serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O SES/FES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do objeto com a respectiva Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser emitida em nome da CONTRATANTE, devendo constar o CNPJ, o número da licitação e do Contrato, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste instrumento.

4.2. O pagamento será liberado, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada (Lei Estadual nº 17.516, de 27 de abril de 2018), mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- Prova de regularidade com a Fazenda Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa e Seguridade Social/INSS);
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

4.2.1. A não apresentação dos documentos acima exigidos implica na suspensão do pagamento da fatura até a sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

4.4. O pagamento da fatura será susinado se verificada execução defeituosa do Contrato, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

4.5. Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.6. O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos realizados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme art. 9º § 4º do Decreto Estadual 1073/2017;

4.7 – Da aplicação do Decreto n.º 129/SC/2023 I

I – De acordo com o Decreto n.º 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os fundos, as autarquias e as fundações públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

II – As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

III – Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

IV – Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 1º deste Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

V – Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de sua publicação.



CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas referentes à execução deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza da Despesa	Fonte
48091	5429	33.90.39.50	1.500.100.000

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.7. Demais itens identificados no TR

7.6.1. Ao fiscal do contrato, caberá:

7.6.1.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

7.6.1.2. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.6.1.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.6.1.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

7.6.1.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato; **7.8.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.1.6. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.6.1.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.6.1.8. Demais obrigações do fiscal:

- a) Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;
- b) Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;
- c) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que fiscalizará, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;
- d) Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;
- e) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- f) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;
- g) Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- h) Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- i) Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;
- j) Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;
- k) Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

- l) Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;
- m) Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;
- n) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- o) Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;
- p) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- q) Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à DLIC, para providenciar as penalidades cabíveis;
- r) Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;
- s) Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;
- t) Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- u) Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;
- v) Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- w) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.
- x) A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (item 13.3 Termo de Referência).

7.6.1.9. Fiscal do Contrato:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	FISCAL	TELEFONE/ EMAIL
HIJG	387522-9-01	Tatiana Bez Batti Titericz	(48)36643139 getec.hijg@gmail.com
HNR	295205-0-02	Silvia Cristina de Carvalho Flores	(48)36659425 getechnr@saude.sc.gov.br
HNR	295054-5-02	Rochele da Silva	(48)3665-9448 qualidadehnr@gmail.com



7.6.2. Ao Gestor do contrato, caberá

7.6.2.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.6.2.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.6.2.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.6.2.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.6.2.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.6.2.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.6.2.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.6.2.8. Demais obrigações do Gestor:

- a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- b) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- c) Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- d) Comunicar à DLIC, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- e) Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- f) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

- g) Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada
- h) Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término;
- i) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- j) Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;
- k) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;
- l) Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;
- m) Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir, nos termos da Lei;
- n) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- o) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;
- p) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos, tais como: área de instalação do canteiro de obras, local para escritório da empresa, outras instalações etc.;
- q) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- r) Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.
- s) A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone (item 13.3 Termo de Referência).

7.6.2.9. Gestor do Contrato:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	GESTOR	TELEFONE/ EMAIL
HIJG	360231-01-1	José Romeu Becker	(48) 3661 3137/



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

			geradhijg@gmail.com
HNR	960976-8-01	Renata Zomer de Albernaz Muniz	(48)3665-9401/ hnr@saude.sc.gov.br

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

- 8.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da entrega das propostas.
- 8.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

Obriga-se a Administração/Contratante:

- 9.1** - Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos serviços entregues;
- 9.2** - A CONTRATANTE/SES pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato de acordo com a norma de contratação;
- 9.3** - Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- 9.4** - Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados diretamente pelo Gestor e representante designado pela Administração da Unidade Hospitalar (Fiscal de Contrato), o qual acompanhará e fiscalizará o cumprimento dos dispositivos do Contrato. A Comissão de Serviços de Análises Clínicas da SES atuará junto a fiscalização, desde o início dos trabalhos, com interesse exclusivo da



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

SES, participando de todos os atos que se fizerem necessários para garantir a execução dos serviços contratados, podendo ser realizadas diligências e auditorias;

9.5 - Visita da Comissão de Serviços de Análises Clínicas nos Laboratórios para comprovação da compatibilidade de parque de equipamentos e do corpo técnico qualificado para prestar os serviços de análises clínicas às unidades hospitalares;

9.6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

9.7 - Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.8 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

9.9 - A CONTRATANTE deverá assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, ao local de trabalho;

9.10 - A CONTRATANTE/SES deverá prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATADA;

9.11 - CONDIÇÕES GERAIS

9.11.1 - Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à licitação, bem como, as condições estabelecidas no Edital e Anexos;

9.11.2 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a empresa vencedora possa impugnar o seu valor;

9.11.3 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições do Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral;

9.11.4 - O Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações e pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009;

9.11.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do Contrato.

9.12 – DA TRANSIÇÃO E CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS:

9.12.1 - A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de instalação do laboratório nas dependências da unidade hospitalar para a aprovação do gestor e do fiscal de contrato da CONTRATANTE na ocasião da assinatura do contrato, incluindo as ações referentes à segurança física e lógica, bem como os recursos humanos frente a ocorrência de contingências que possam afetar a continuidade dos serviços;

9.12.2 - CONTRATADA deve estar apta para iniciar as suas atividades no máximo em 30 (trinta.) dias após a assinatura do contrato, na data definida pela CONTRATANTE, de acordo com o encerramento do contrato com o atual prestador de serviços;

9.12.3 - Os serviços pagos a cada contratado devem corresponder ao projetado no plano de transição aprovado, evitando o pagamento ao contratado anterior por serviços já encerrados e transferidos;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

9.13.4 - As responsabilidades da nova CONTRATADA devem ser definidas na fase de encerramento do contrato anterior, evitando a alegação de dificuldades para a prestação dos serviços e cumprimento do novo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

10.2 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

Obriga-se a empresa:

10.3 Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;

10.4 Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

10.5 Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento dos serviços objeto do edital;

10.6 Reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objetos do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de material ou equipamentos inadequados;

10.7 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega dos serviços;

10.8 Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

10.9 A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações;

10.10 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

10.11 A estender aos contratos objeto, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

10.12 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

10.13 A CONTRATADA será a responsável por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

10.14 A SES poderá exigir os documentos referentes aos empregados da CONTRATADA. Estes documentos estão relacionados abaixo e devem estar disponíveis para apresentação a qualquer momento:

- a) Contrato de Trabalho de seus empregados;
- b) Contrato de prestação de serviços, quando for o caso;
- c) Registro da carteira de trabalho de empregados;
- d) Controle de horas;
- e) Regulamento interno;
- f) Convenção, acordo ou sentença normativa;
- g) Certificado de regularidade do FGTS;
- h) GFIP;
- i) Folha de pagamento;
- j) Certidão negativa de débitos previdenciários (CND);
- k) Documentos pertinentes à contribuição previdenciária;
- l) Documentos pertinentes à segurança e saúde do trabalho;
- m) Comunicado de acidente do trabalho (CAT), entre outros;
- n) Documentação do Sistema de Gestão da Qualidade (comprovação de treinamentos, plano de manutenção preventiva e outros).

10.15 Mesmo não sendo a fabricante responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

10.16 Não se estabelecerá qualquer relação jurídica entre os empregados da CONTRATADA e a Secretaria de Estado da Saúde. A contratada será a responsável única e direta perante o empregado que contrata para execução do objeto, exercendo a prerrogativa de dirigi-los e ao ônus de remunerá-los de acordo com as disposições trabalhistas, previdenciárias e tributárias vigentes;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

10.17 A recusa, demora ou qualquer reclamação no atendimento, independente das sanções cabíveis, permitirá que a SES confie a outrem, a execução dos serviços reclamados e não executados, descontando o seu custo uma única vez, no pagamento subsequente, sem que a CONTRATADA possa impugnar o seu valor;

10.18 A CONTRATADA, representada por sua direção ou preposto, deve participar sempre que convocada, das reuniões técnicas do corpo clínico e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) da(s) Unidade(s) da SES, a fim de auxiliar nas ações relacionadas a infecção hospitalar, sem quaisquer ônus à SES;

10.19 Informar a escala de funcionários que realizarão os exames no período noturno, finais de semana e feriados a(s) Unidade(s) da SES, durante a vigência do contrato;

10.20 Responsabilizar-se pelo controle da frequência e pontualidade de seus empregados;

10.21 Manter contingente laborativo suficiente para executar os serviços, sem interrupção por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve ou demissão de empregados, sendo necessário substituições de profissionais em prazo hábil, resguardando-se de incolumidade, continuidade e pontualidade dos serviços, além de risco à segurança do trabalhador, no prazo estabelecido pelo Fiscal do Contrato;

10.22 Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, alimentação e transporte, apresentando mensalmente a comprovação do recolhimento do GFIP (FGTS e INSS) referente à força de trabalho empregada na prestação dos serviços, com o objetivo de liberação pagamentos das faturas apresentadas ao CONTRATANTE para liquidação;

10.23 Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo da legal;

10.24 Fornecer aos seus profissionais até o último dia útil do mês anterior, de documentos de legitimação previstos no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) para aquisição de gêneros alimentícios ou refeição, garantida a opção de escolha ao empregado e de vale-transporte que corresponda às despesas de locomoção do profissional para o local da prestação do serviço (Dec. Fed. nº 95.247/87, Lei nº 7.418/85, Lei nº 7.619/87). A CONTRATADA assumirá todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

10.25 Encaminhar o profissional que sofrer acidente de trabalho ou aquele que necessitar de atendimento médico em tempo hábil e comunicar a ocorrência ao Fiscal do Contrato;

10.26 Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, licenças, Conselhos Regionais, outros Órgãos públicos Municipais, Estaduais ou Federais necessários e, certidões solicitadas;

10.27 A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

10.28 Providenciar a correção das deficiências na execução dos serviços contratados apontadas pela SES;

10.29 A CONTRATADA, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência;

10.30 A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, e, ainda, arcará com o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que seja causado direta ou indiretamente ao patrimônio da Secretaria de Estado da Saúde ou a terceiros pela execução dos serviços prestados;

10.31 Ser responsável pelo dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo por seus funcionários, dos utensílios, materiais e equipamentos de propriedade da SES, devendo a CONTRATADA comunicar à SES por escrito, toda e qualquer ocorrência de acidentes durante a execução do contrato e ressarcir o prejuízo causado;

10.32 Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

10.33 A CONTRATADA apresentará ao Fiscal do Contrato sempre quando solicitado, a relação nominal acompanhada dos endereços residencial e profissional atualizada e Atestado de Sanidade Física e Mental, obedecendo aos períodos legalmente previstos, dos profissionais que prestarão os serviços, comunicando qualquer alteração ocorrida;

10.34 A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais, cujas reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual se obriga prontamente a atender;

10.35 A CONTRATADA e seus subordinados deverão atender com presteza as solicitações/reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção sem ônus para a SES;

10.36 Manter permanentemente de validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa;

10.37 A CONTRATADA preservará a SES/SC, mantendo-a salvo de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação;

10.38 A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da SES/SC;

10.39 A CONTRATADA indicará um responsável pelo gerenciamento dos serviços, autorizado a tratar com o CONTRATANTE a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do contrato;

10.40 A CONTRATADA emitirá nota fiscal onde constará o nome do exame e respectivo código relacionado com a Tabela de Referência SIGTAP/SUS, Tabela CBHPM e/ou Tabela Própria SES, número de



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

exames realizados e entregará na unidade hospitalar solicitante, conforme a relação mensal de exames realizados, disponibilizada no SGS-Hospitalar;

10.41 Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

10.42 Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

10.43 – Da transição e continuidade dos serviços:

10.43.1 – A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de instalação do laboratório nas dependências da unidade hospitalar para a aprovação do gestor e do fiscal de contrato da CONTRATANTE na ocasião da assinatura do contrato, incluindo as ações referentes à segurança física e lógica, bem como os recursos humanos frente a ocorrência de contingências que possam afetar a continuidade dos serviços;

10.43.2 – CONTRATADA deve estar apta para iniciar as suas atividades no máximo em 30 (trinta.) dias após a assinatura do contrato, na data definida pela CONTRATANTE, de acordo com o encerramento do contrato com o atual prestador de serviços;

10.43.3 – Os serviços pagos a cada contratado devem corresponder ao projetado no plano de transição aprovado, evitando o pagamento ao contratado anterior por serviços já encerrados e transferidos;

10.43.4 – As responsabilidades da nova CONTRATADA devem ser definidas na fase de encerramento do contrato anterior, evitando a alegação de dificuldades para a prestação dos serviços e cumprimento do novo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A proponente que for adjudicado no(s) lote(s) desta licitação, será notificada a comparecer para assinatura do Contrato, devendo para isso efetuar na Secretaria de Estado da Saúde, a título de GARANTIA CONTRATUAL, o recolhimento da importância de 5% do valor total do Contrato que terá seu valor atualizado nas mesmas condições, no caso de reajustes e prorrogações;

11.2. No caso de rescisão, a liberação da garantia contratual ficará condicionada a verificação de cumprimento das obrigações firmadas no presente instrumento, podendo esta Secretaria, em caso de prejuízo, promover a execução da garantia contratual para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração;

11.3. A Garantia Contratual poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

11.3.1. Moeda corrente no país ou em títulos de dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

11.3.2. Fiança bancária;

11.3.3. Seguro-garantia;

11.4. A fiança bancária deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil.

11.4.1. O seguro-garantia será realizado mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País e em nome da Secretaria de Estado da Saúde, cobrindo o risco de quebra do contrato.

11.4.2. A Garantia Contratual e os reforços somente poderão ser levantados 30 (trinta) dias após a data do término do Contrato e aceite pela Secretaria de Estado da Saúde.

11.4.3. O pedido de devolução deverá ser protocolado e acompanhado do original da guia de recolhimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

12.1. Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, na forma e condições estabelecidas no artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

13.2. Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

13.3. Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

13.4. Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

13.5. Em caso de contratação decorrente de procedimento licitatório.

13.6. A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 104, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

14.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3 Indenizações e multas.

14.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

16.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

16.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

16.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 16.1.1 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 16.1.1 a 16.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

16.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, excluem a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

16.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.11. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Penalidades Administrativas aplicadas a fornecedores por órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina – CADPEN/SC;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ATENDIMENTO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

17.2. A CONTRATADA declara que designou Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do § 1º do art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), e se compromete a informar os dados de identidade e informações de contato deste encarregado na ocasião da assinatura deste contrato. A CONTRATADA também se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído;

17.3. A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para nenhuma outra finalidade.

17.4. A CONTRATADA se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela CONTRATANTE sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), certificando-se a CONTRATADA de que seus empregados, representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

17.5. Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações à CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE, não podendo, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

dados, a CONTRATADA informará imediatamente à CONTRATANTE sobre tal pedido e suas decorrências.

17.6. A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

17.7. Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da CONTRATADA previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

17.8. A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da CONTRATADA e/ou nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

17.9. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

17.10. A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da CONTRATANTE a esse título

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

18.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis.

18.2. No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

18.4. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

18.5. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

19.1. Este instrumento está vinculado ao Edital de Cotação Eletrônica nº 102/2024, contante no processo SES 145669/2023, do qual é parte integrante, bem como seus anexos e a proposta da empresa vencedora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

20.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privados

20.1.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA OBRIGAÇÃO DE MANTER AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA CONTRATAÇÃO

21.1. A CONTRATADA obriga-se a manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO:

22.1. O presente Contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado, após sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA CGE/SEA nº 01/2020

23.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores;

23.1.1. Declaram que tem conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais as Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis.

23.1.2. Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no item anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados.

23.1.3. Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

23.1.4. Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 001/2020, além de outras, é causa para rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO ATENDIMENTO A LEI 17.983 DE 19 DE AGOSTO DE 2020

24.1. Fica obrigada a publicação do nome do proprietário ou de todos os sócios-proprietários integrantes de pessoas jurídicas contratadas para fornecer serviços e produtos, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos demais órgãos da Administração Direta e Indireta, independente da forma de contratação.

24.1.1. A publicação deverá ser no Portal da Transparência do órgão contratante, em local de fácil acesso, devendo constar:

- I - relação dos sócios-proprietários com o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- II - endereço da sede da empresa contratada, em conformidade com contrato social;
- III - foto da fachada da sede da empresa; e
- IV - extrato da minuta do contrato firmado entre Administração Pública e a empresa contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

25.1. Observar o que dispõe a Lei nº 13.787, de 2018 que regula a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente e a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), estabelece regras gerais sobre a proteção de dados e Ofício circular nº 28/2021 da SEA/SC.

25.2. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;

25.3. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;

25.4. A não se apropriar de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponibilizado;

25.5. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

26.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Contratante

Contratada



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - DLIC

Testemunhas:

1. _____

2. _____

ANEXO IX

MINUTA DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO Processo SES145669/2023

Termo de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a Empresa, autorizado através do Processo SES 145669/2023, Cotação Eletrônica nº 102/2024, na modalidade de Pregão Eletrônico.

CEDENTE: Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde
CNPJ/MF nº 80.673.411/0001-87
Endereço: (sede) Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley
Centro - Florianópolis - SC
Representada por:

CESSIONÁRIA: Empresa:
CNPJ/MF nº
Endereço:
Representada por:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 - A CEDENTE é proprietária de área física localizada no interior para a UNIDADE, situado a concede a CESSIONÁRIA pelo prazo de, conforme vigência do Contrato de Prestação de Serviços n.º/....., a partir da data de assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 - A CESSIONÁRIA pagará à CEDENTE (HIJG) o valor mensal de R\$ 43,35 (Quarenta e três reais e trinta e cinco centavos) por m² referente ao aluguel e de R\$ 19.845,63 (Dezenove mil oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos) do valor total do aluguel, a título de taxa de manutenção (condomínio), perfazendo um total mensal de R\$ 37,36 (Trinta e sete reais e trinta e seis centavos);

2.1.1 - A CESSIONÁRIA pagará à CEDENTE (HNR) o valor mensal de R\$43,35 (Quarenta e três reais e trinta e cinco centavos) por m² referente ao aluguel e de R\$ 608,63 (Seiscentos e oito reais e sessenta e três centavos) do valor total do aluguel, a título de taxa de manutenção (condomínio), perfazendo um total mensal de R\$ 16,97 (Dezesseis reais e noventa e sete centavos);

2.1.2 – Em caso de prorrogação do contrato, a SES atualizará a remuneração da área física, estabelecida no item anterior, com base na média simples entre o INPC(IBGE) e IGP-DI(FVG), do período;

2.2 – A CEDENTE fornecerá estrutura de água (à temperatura ambiente), gás (GLP ou gás natural) e energia elétrica para a realização dos serviços. A CESSIONÁRIA será responsável pela instalação dos medidores necessários para a perfeita medição das despesas anteriormente mencionadas. A instalação dos respectivos medidores deverá ser supervisionada e aprovada pela Gerência de Manutenção da Secretaria de Estado da Saúde, sem as quais a execução dos serviços de nutrição não poderão ser iniciados. Ficará a cargo da CESSIONÁRIA o pagamento das despesas mensais de água, energia elétrica e gás;

2.3 – A CESSIONÁRIA pagará à SES, por meio de boleto bancário emitido pela Gerência de Administração Financeira da Secretaria de Estado da Saúde, com vencimento no último dia útil de cada mês.

2.4 – A simples falta de pagamento nas épocas determinadas importará em mora, ou seja, 2% (dois por cento) de multa ao mês, mais juros legais, independentemente de interpelação judicial, ou outro qualquer aviso e só por força do presente termo.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 - Ficarão a cargo da CESSIONÁRIA as obras que por ventura forem necessárias relativamente à segurança, conservação e higiene da área, não lhe cabendo direito algum a indenização pelas benfeitorias, modificações e obras que fizer no imóvel e que deverão ser precedidas do consentimento expresso da CEDENTE, as quais ficarão incorporadas ao imóvel após o término do contrato, caso não prefira o CEDENTE que o mesmo seja reposto na situação em que se encontra neste ato;

- 3.1.1** - A edificação ou ampliação de benfeitorias pelo concessionário ou permissionário ficam condicionadas à prévia autorização do concedente ou permitente, respeitadas as normas de engenharia aplicáveis à espécie;
- 3.1.2** - Serão de responsabilidade do concessionário ou permissionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos das concessões ou permissões de uso remunerado de que trata esta Lei, inclusive os de conservação, melhoria, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão ou permissão de uso;
- 3.2** - Em caso de término do contrato, a CESSIONÁRIA que esteja ocupando área física da SES, deverá devolver tal área em perfeitas condições de uso (pintada, instalações elétricas e hidráulicas em boas condições e mediante vistoria da Secretaria de Estado da Saúde que comprovem o cumprimento da cláusula);
- 3.2.1** - Findo o prazo concedido para a concessão ou permissão de uso remunerado, o concedente ou permitente retomar imediatamente a posse do espaço físico do imóvel, incorporando-se ao patrimônio deles todas as benfeitorias realizadas no imóvel pelo concessionário ou permissionário, sem que estes tenham direito a indenização;
- 3.3** - Caberá a CEDENTE através do fiscal do contrato em conjunto com o representante da CESSIONÁRIA, elaborar em até 10 (dez) dias após o início da vigência, uma relação detalhada contendo os equipamentos, móveis, utensílios e acessórios de propriedade da CEDENTE e cedido à CESSIONÁRIA por força do contrato, devendo constar no mínimo a descrição, marca, modelo, número do patrimônio se houver e número de série se houver;
- 3.3.1** - A relação elaborada nos termos do item anterior deverá ser anexada ao contrato para fins de controle do fiscal e gestor, com cópia para a CESSIONÁRIA e para a Diretoria de Licitações e Contratos;
- 3.3.2** - A CESSIONÁRIA arcará com o ônus da manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos, móveis, utensílios e acessórios cedidos relacionados conforme item 3.3.
- 3.4** - Enquanto durar as concessões de uso remunerado, o concessionário ou permissionário defenderá o espaço físico do imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente ou permitente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado

CLÁUSULA QUARTA

- 4.1** - A CESSIONÁRIA obriga-se a não se utilizar do imóvel para outro fim que não seja para prestação de serviços objeto do processo Cotação Eletrônica n.º 102/2024, **Contrato de Prestação de Serviços n.º...../.....**, sob pena de rescisão imediata do presente termo;
- 4.2** - Não será permitido transferir este contrato a outrem ou sublocá-lo no todo ou em parte sem o expresso consentimento da CEDENTE;
- 4.2.1** – Não será permitido ao concessionário oferecer o imóvel como garantia de obrigação
- 4.2.2** – Desviar a finalidade da concessão ou permissão de uso remunerado ou executar atividades contrárias ao interesse público.
- 4.3** - O descumprimento de qualquer cláusula do presente instrumento pela CESSIONÁRIA, bem como o descumprimento do exposto nos artigos 5º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 18.305/2021, acarretará em rescisão unilateral por parte da CEDENTE, sem que haja qualquer tipo de indenização a mesma.

CLÁUSULA QUINTA

- 5.1** - O presente instrumento é regido pela Lei n. 14.133/2021 e alterações, inclusive no que se refere às alterações e sua rescisão, sempre com a prerrogativa da supremacia do interesse público;
- 5.2** - Ambos os contratantes elegem o foro da Comarca de Florianópolis - SC, para decidir qualquer questão judicial originária deste instrumento.

E, por assim acordarem firmam este instrumento.
Florianópolis,

_____	_____
CEDENTE	CESSIONÁRIA
TESTEMUNHAS:	
1. _____	2. _____

ANEXO X

VALORES DE ALUGUEL E CONDOMÍNIO POR UNIDADE HOSPITALAR

UNIDADE	METRAGEM A SER LOCADA EM (M²)	VALOR DO M² ALUGUEL	TOTAL ALUGUEL	CONDOMÍNIO	VALOR TOTAL
HIJG	457,8	*43,35	19.845,63	**37,36	17.103,41
HNR	14,04	*43,35	608,63	**16,97	238,26



Assinaturas do documento



Código para verificação: **V394ZJ0B**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAGALI RODRIGUES (CPF: 507.XXX.719-XX) em 08/02/2024 às 09:13:10

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:36:39 e válido até 13/07/2118 - 14:36:39.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNDU2NjlfMTQ3MTgzXzlwMjNfVjM5NFpKMEI=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00145669/2023** e o código **V394ZJ0B** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.